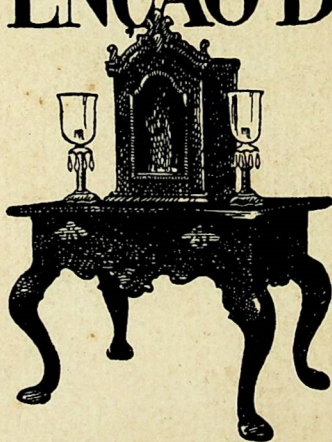


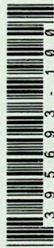
AFFONSO DE E. JAUNAY

GUIA *do*
MUSEU REPUBLICANO
"CONVENÇÃO DE ITU"



Distribuição do
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFORMAÇÕES
1946

Museu Republicano



**Guia do Museu Republicano "Convenção de
Itú."
32456**

Afonso de E. Taunay

GUIA DO MUSEU
REPUBLICANO
"CONVENÇÃO DE ITÚ"



CLAS	C069.0	981
PHA	+2239	
T	32456	

ecc. 8

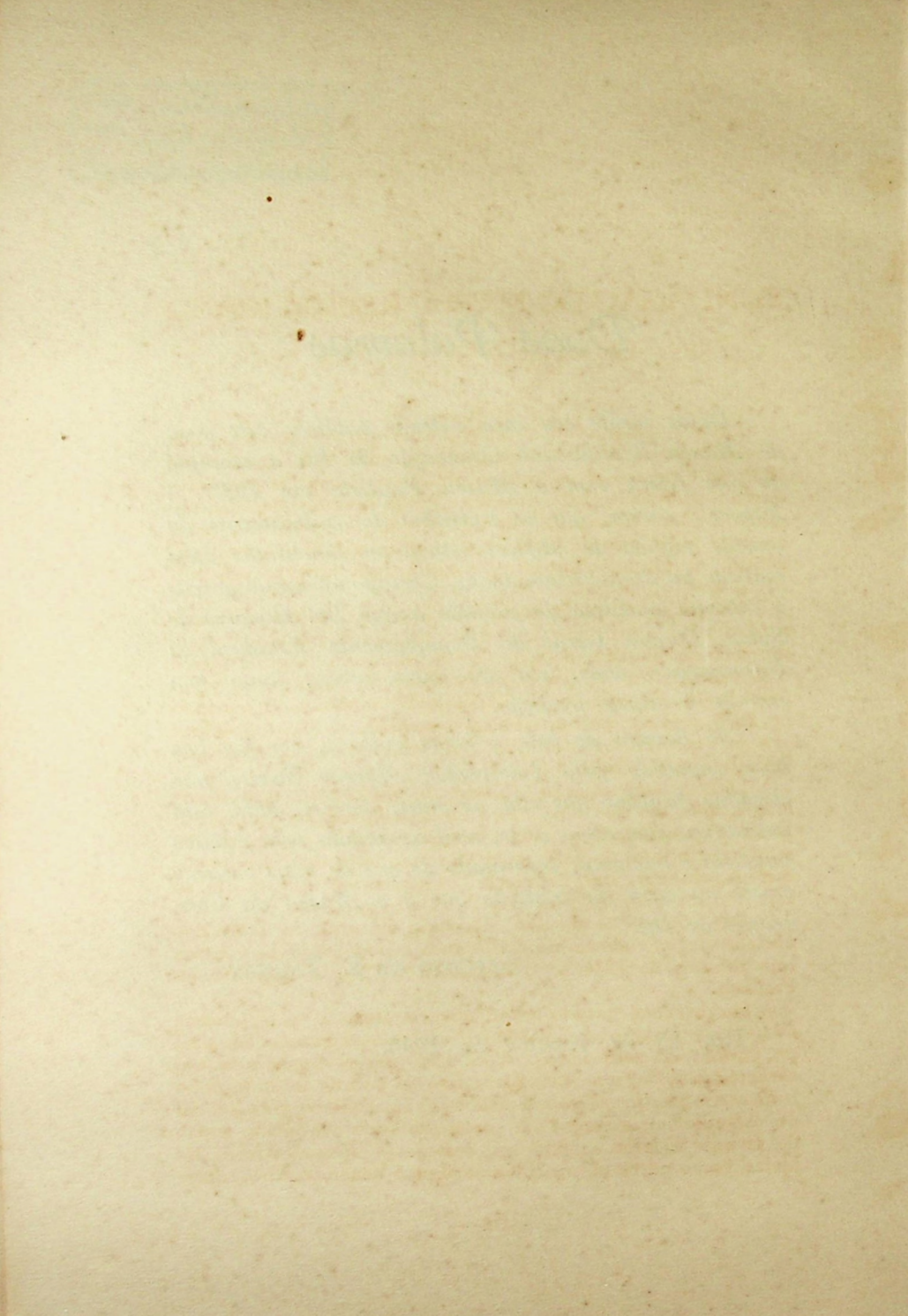
Duas Palavras

Desde muito era meu intento publicar êste guia do Museu Republicano Convenção de Itú a exemplo de que fizera com o Museu Paulista em 1937... Esperei, porém, que os trabalhos de azulejamento do grande saguão do edificio estivessem concluidos para realizar tal desideratum agora. Consigo ultimá-lo graças à extrema gentileza do prezado amigo Dr. Honorio de Sylos, Diretor Geral do Departamento Estadual de Informações, onde, em tão curto prazo, tanto tem servido à nossa tradição.

Ao homem de bela e larga cultura, em tão boa hora investido pelo Interventor Macedo Soares nas elevadas funções que são as suas, deve-se, pois, esta iniciativa, que, estou certo, será apreciada pelo público paulista e nacional, informado do que de mais saliente existe na casa da tradição que é o Museu da Convenção de Itú.

AFFONSO DE E. TAUNAY

Itú, 15 de Janeiro de 1946.



FUNDAÇÃO DO MUSEU REPUBLICANO

↳ Convenção de Itú ↳

Com o maior carinho se voltaram sempre as vistas dos republicanos de São Paulo para o local onde, a 18 de Abril de 1873, se reuniu a primeira assembléa provincial de sua agremiação partidária, Itú: a velha cidade seiscentista que tão saliente parte tomou na obra da ampliação do Brasil, pelos imensos territórios de Oeste, e nos albores de nossa independência, tanto se salientou pela energia da atuação em pról da liberdade nacional.

Caber-lhe-ia, meio século mais tarde, outra primazia notável: ser o primeiro ponto do território de São Paulo onde um foco de combate pela república federativa surgiria. Quiçá o primeiro ponto do território brasileiro de onde partiu vigoroso brado de adesão ao movimento republicano iniciado em 1870, com o manifesto de 3 de Dezembro, no Rio de Janeiro, graças sobretudo à ação de Saldanha Marinho, Quintino Bocaiuva e Aristides Lobo.

Daí a denominação, sobremodo conhecida, que desde longos anos lhe dão de "Meca do republicanismo paulista". E tal circunstância a cada momento evoca a famosa assembléa abrilina de 1873, que tão funda impressão deixou aos contemporâneos da Província repercutindo vivamente o fato de sua reunião fóra das fronteiras paulistas.

Da Convenção de Itú, corolario natural da ação dos antigos clubes radicais de São Paulo e dos primeiros centros republicanos de 1871 e 1872, nasceu o Partido Republicano Paulista.

Surgiu com grande vitalidade, a angariar rapidamente adeptos, a trabalhar com todo o afinco e dedicação em pról do triunfo de seus ideais. Com esta feição organizada tão característica das empresas paulistas, em poucos anos alcançou brilhantes triunfos. Tornou-se notado em todo o país e serviu de exemplo aos esforços de correligionários de outras zonas do Brasil. Enviou emissários, veementes disseminadores de idéias, como entre outros Silva Jardim e Venancio Aires, apre-

sentou-se disciplinado, coêso e numeroso e logrou assinalados triunfos em eleições municipais e provinciais, conseguindo enviar dois representantes ao parlamento imperial já em 1884.

Tal o resultado dos ingentes esforços de uma falange de propagandistas incansáveis. Nós últimos anos do Império dispunha de notáveis recursos e progredia celeremente na mais vivaz marcha ascensional.

Chegados os dias da vitória e da comemoração dos trabalhos passados, voltaram-se os olhos dos triunfadores de então e combatentes da véspera para o berço de seu partido. E assim a cada passo eram recordados os dias memoráveis da Convenção de Itú.

Impoz-se ao espírito dos governantes de São Paulo a necessidade de celebrar perenemente por meio de uma fundação, a memória do acontecimento inicial assinalador do nascimento do republicanismo paulista.

Assim se pensou em adquirir o edifício onde se haviam reunido os membros da Convenção para o fim de nele se instalar um instituto, relembrador da assembléia de 73.

Desde muito era também o grande anhelos dos ituanos que tal idéia se puzesse em prática. Por diversas vezes, o então Prefeito da cidade Dr. Graciano Geribello, representando a corporação municipal a que presidia, e o consentimento dos municipes, agitou-se neste sentido. Em 1917 e 1918 instou especialmente para que o Govêrno do Estado comprasse a "Casa da Convenção". Entabularam-se, então, por ordem do Presidente Altino Arantes, negociações que, contudo, se malograram.

Assumindo o govêrno em 1920 quiz o Presidente Washington Luis P. de Souza por em execução idéia muito acarinhada realizando a fundação de um Museu Republicano.

Era mais um grande serviço prestado à tradição paulista e nacional por quem já tantos e tão assinalados serviços lhe fizera : quer publicando larga massa de papeis dos riquíssimos mananciais de documentos incomparavelmente preciosos dos arquivos da Municipalidade de São Paulo e do Estado de São Paulo como as *Actas* e o *Registro Geral da Camara* de São Paulo, e de Santo André de Borba do Campo, os *Inventários e Testamentos*, as *Sesmarias* e os volumes em prosseguimento dos *Documentos Interessantes*, quer concedendo o crédito graças ao qual poudera o Museu Paulista apresentar-se condignamente ao público no dia 7 de Setembro de 1922 com nova feição, agora nacional e paulista e não como museu quasi exclusivo de zoologia que então era.

Assim ordenou o Presidente Washington Luis que se reatassem negociações, a proposito da aquisição do prédio da Convenção. Por este motivo proferiu o então leader da

maioria na Câmara dos Deputados Estadual, Dr. Mario Tavares, na sessão de 23 de Dezembro de 1921, vibrante e aplaudido discurso em que pediu a concessão de um crédito para a compra do "Sobrado da Convenção" e sua adaptação a um museu.

Aprovado pela Câmara, o projeto do Dr. Mario Tavares, teve a imediata aquiescencia do Senado estadual e subiu à sanção presidencial.

A 29 de Dezembro de 1921 promulgou-se a lei 1.856 autorizando o govêrno a adquirir o edificio em que se realizara a Convenção, destinando-o a guardar os objetos e documentos relacionados com a propaganda e proclamação da República.

Referendaram-no o Presidente Washington Luis e seu secretário do Interior, Dr. Alarico Silveira.

Pouco depois chegavam a acôrdo os representantes do Estado e os proprietários do prédio D. Isabel de Paula Leite de Barros e seus irmãos sendo ele adquirido pela quantia de de quarenta contos de réis.

Era intento do Presidente e do seu Secretário adaptá-lo a um Museu que se iria crear destinado e encerrar documentos de toda a espécie, relembreadores da fase da propaganda pela implantação do regimen republicano federativo no Brasil, e sobretudo em São Paulo. Era porém o edificio simples casa residencial, inadequado ao novo fim a que se destinava. Daí a profunda reforma que nele seria preciso executar.

Para atender a esta adaptação expediu-se o decreto n.º 3.579, de 12 de Fevereiro de 1923, abrindo um crédito de oitenta contos de réis para ocorrer ás despesas previstas de reparos e instalações do projetado museu.

Edificado segundo as normas da nossa velha arquitetura colonial e imperial, tinha os defeitos da distribuição antiga dos comodos, cheio de alcovas e escaninhos. Encarregou o Dr. Alfredo Braga, diretor de Obras Públicas, a dois dos seus mais distintos auxiliares, os Srs. Drs. Carlos Quirino Simões e Aquiles Nacarato, da confeção de projeto da remodelação do velho "sobradão" e das obras de sua adaptação ao fim a que se destinava.

Estudaram os dois engenheiros carinhosamente um projeto e com real felicidade conseguiram o desideratum colimado. Suprimiram-se as alcovas que deram lugar a duas áreas, permitindo a iluminação das salas centrais, pois a casa só recebia luz em duas faces, entapada como se acha entre duas outras. Afastaram-se algumas paredes, suprimiram-se outras e assim ficou o edificio com amplas salas, muito iluminadas e de excelente aspeto.

Nos comodos em que se realisou a Convenção, as duas salas da frente do sobrado, absolutamente não se tocou.

Inaugurou-se o novo Museu, dependência do Museu Paulista, com a instalação de uma galeria de retratos de vultos eminentes do republicanismo paulista e brasileiro. Assim, foram lembrados os promotores do manifesto inicial de 1870; a mesa que presidiu os trabalhos da Convenção de Itú, diversos convencionais de grande destaque, os grandes orientadores e chefes da propaganda, os propagandistas incansáveis, os chefes do movimento de 15 de Novembro, etc.

Numa homenagem delicada para com os mais velhos dos republicanos paulistas resolveu o Presidente Washington Luis mandar executar os retratos dos convencionais de 1873, ainda então existentes.

Resolvera o Chefe do Governo do Estado que a celebração da passagem do cinquentenário da Convenção de Itú fosse feita com o maior brilho.

Para a grande festividade fez espalhar convites pedindo que todos os municípios do Estado e todos os diretórios do Partido Republicano Paulista se fizessem representar à solenidade de instalação do novo Museu. Assim também convocou as personalidades do mundo oficial, as grandes corporações científicas, literárias, os estabelecimentos de ensino superior, etc.

Este convite teve resposta cabal vendo-se acudir a Itú numerosíssimos vultos dos mais representativos no Estado de São Paulo em todas as esferas sociais.

A 18 de Abril de 1923 ocorreu a solenidade da inauguração oficial do Museu Republicano Convenção do Itú pelo próprio Presidente Washington Luis a quem acompanhavam o Coronel Fernando Prestes, vice-presidente do Estado; Drs. Alarico Silveira, Secretário do Interior; Cardoso Ribeiro, Secretário da Justiça e da Segurança Pública; Jorge Tibiriçá, Presidente do Senado Estadual; Carlos de Campos, Leader da bancada paulista na Câmara Federal; senadores e deputados federais e estaduais, consules de muitas nações, oficiais de linha e da Fôrça Pública do Estado, jornalistas, numerosas pessoas gradas.

Ao Chefe do Executivo Estadual receberam o Prefeito local Snr. Luiz de G. Bicudo, as autoridades municipais e estaduais, e grande concurso de populares, na Estação da Sorocabana.

Às 13 horas e meia, o Presidente, acompanhado dos membros do governo e da Comissão Diretora do Partido Republicano, dirigiu-se ao edificio da Convenção, a cuja frente se achava compacta massa popular.

No interior do prédio aguardavam sua chegada alguns dos convencionaes de 1873 e os representantes dos municípios e dos Diretórios Políticos do Estado, das associações patrióticas, deputados, senadores, representantes da imprensa e muitas outras pessoas.

Abrindo a sessão magna da inauguração do novo estabelecimento, pronunciou o Presidente breve discurso salientando a importância do ato cujo cinquentenário se comemorava.

Em rápida resenha expoz o que haviam sido as reinvidicações republicanas e como as idéias democráticas haviam vicejado robustamente entre os paulistas.

Historiou sucintamente o que fora a propaganda republicana na ocaso do Império e, concluindo, disse que cheia de sacrifícios fôra a propaganda de 1873 a 1889, em que a república federativa se implantara, permitindo ao Brasil progressos que deslumbravam e ultrapassavam as mais otimistas expectativas.

A festa de 1923, exclusivamente civica, puramente republicana, cultuando o passado democrático, prestava respeitosa homenagem aos membros da *Convenção de Itú*, cujos sobreviventes emprestavam áquela assembléa real solenidade, significando a tranquilidade diante das realizações feitas. Expressa a confiança no porvir, e mostrava inaquivocamente que, conscios das grandes responsabilidades que lhes cabiam no regime, no passado como no presente, não haviam os paulistas perdido as características do seu gênio. Intemeratos, fortes, desprendidos, estavam sempre juntos e prontos.

O orador oficial foi o Dr. Carlos de Campos, cujo discurso versou sobretudo acerca do progresso auferido sob o regime republicano por São Paulo e o Brasil.

Estabeleceu numerosos confrontos entre as condições da Província de 1889 e do Estado de 1923 apontando uma série de aspetos os mais diversos, o do povoamento, da extensão ferroviária dos surtos cafeeiro e industrial, do commercio importador e exportador, da arrecadação estadual, federal e municipal.

Finda a instalação, o Presidente e mais pessoas gradas encaminharam-se ao saguão do edificio, onde o primeiro desvendou a grande placa de bronze comemorativa da solenidade cinquentenária, cujos dizeres são os seguintes :

“Museu Republicano Convenção de Itú.

Comemorando a efemeride, cincoentenária e ilustre, de 18 de abril de 1873, com a instalação dêste instituto, destinado a celebrar os fastos do republicanismo paulista, grato e reverente preito consagra o Govêrno do Estado de São Paulo, por seu Presidente Washington Luis Pereira de Sousa, à memória benemerita dos que, na Assembléa imorredoura da Convenção de Itú, nêste edificio reunida, atestaram à jace da Nação brasileira o despontar e a energia do Partido Republicano Paulista, fazendo ouvir as vozes de sua fé e as de sua esperança no triunfo definitivo da Republica Federativa — 18 de Abril de 1923”

Proferiu nesta ocasião o Dr. Eurico Sodré, representante da Liga Nacionalista, um discurso sôbre a conveniência de se adotar no sistema eleitoral brasileiro o regimem do voto secreto. Falou depois em nome da cidade de Itú o Prof. Felicio Marmo, saudando os altos poderes estaduais e os circunstantes à grande cerimonia cívica que estava a findar. Logo depois retiravam-se o Presidente e mais personalidades de destaque, assim se encerrando as festividades (1).

(1) Sôbre e instalação do Museu Republicano de Itú, publicou-se em 1923 um opusculo de cem páginas, em formato in 8, com profusas informações e ilustrações acerca das festas de 18 de Abril, opusculo organizado pelo então Secretário do Interior, Dr. Alarico Silveira. Contém extensa documentação sôbre a fundação do Museu, a integra dos diversos discursos, notícia circunstanciada das cerimônias, a transcrição da ata de 18 de Abril de 1873, da lista de presença dos convencionais, artigos de colaboração jornalística, etc..

II

Acha-se o Museu Republicano Convenção de Itú instalado no belo e vasto sobradão sito à rua Barão de Itaim (outrora do Carmo) casarão construído em 1867 por José de V. Almeida Prado e, pouco depois, por ele vendido a seu irmão, Carlos V. de Almeida Prado.

É legítimo espécime de nossa velha arquitetura nacional nobre pelos meados do segundo Império, filho da velha mestrança de obras luso brasileira, homogênea em todo o país.

Consta de dois pavimentos com mais de dezoito metros de fachada e está no alinhamento da rua. Seis largas janelas, bem espaçadas com grande porta central destacam-se no primeiro piso. Ao sobrado notam-se duas sacadas de três portas finamente envidraçadas e simétricas, a que se interpõe pequeno balcão de uma porta.

Toda a fachada deste segundo andar é azulejada não tendo o sobradão beiral e sim, como é de esperar-se, platibanda igualmente azulejada a que coroam quatro pinhas e dois vasos antigos de cerâmica.

Inaugurado, o Museu foi anexado ao Museu Paulista de que até hoje depende. Sua frequência de visitantes a princípio muito baixa, (2.500 pessoas por ano) cresceu razoavelmente com o decorrer dos anos, e no último biênio muito, sendo de mais de doze mil visitantes em 1945, cifra considerável para uma cidade que conta entre dezoito e vinte mil habitantes.

Criado para rememorar, precipuamente, a Convenção, e os Convencionais de 1873, assim como os fastos da propaganda republicana na Província de São Paulo até 15 de Novembro, entendemos que ao mesmo tempo poderia servir para um museu de artes decorativas, dando aos seus visitantes a idéia do que eram o mobiliário e a ornamentação de uma casa rica brasileira pelas vizinhanças de 1870 com o seu feitio típico de disparidade muito de *bric a brac*, pela mistura de estilos e procedências.

Neste sentido colocamos ao alto da escada uma advertência ao público nos seguintes termos.

“Tem êste Museu por fim comemorar, especialmente, a Convenção de Itú e a fase da propaganda republicana, na

Província de São Paulo, por meio da galeria das effigies dos principais próceres do movimento em prol da proclamação da República Federativa no Brasil.

Procura, ao mesmo tempo, dar ao público uma idéia do que era o ambiente de uma casa rica brasileira, nos últimos decênios do Império.

Assim aqui se reúnem móveis e objectos de tôda a espécie dos que outróra adornaram as residências abastadas, apresentando, a cada passo, notável heterogeneidade de estilos e feições muito característico do Brasil de antanho."

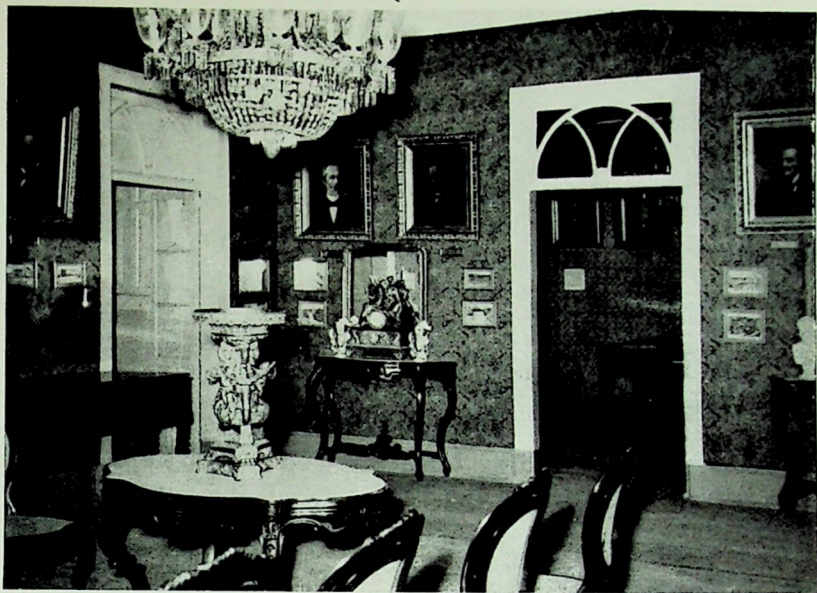
Tratámos de adquirir os elementos necessários a este desideratum, tudo isto dentro das muito escassas dotações orçamentarias, desse anexo do Museu Paulista.

Ocorreu-nos depois outra idéia: a do aproveitamento do vasto e nobre saguão do edificio para a rememoração dos velhos fastos locais por meio de composições históricas, reprodução de documentos iconográficos valiosos e effigies de ituanos de projecção no cenário nacional, provincial e municipal.

E como vissemos azulejado o frontispício do Museu, entendemos que tal decoração poderia vantajosamente ser feita por azulejamento das paredes do vestibulo. Tal serviço se concluiu em quatro anos e terminou em fins de 1945, graças a um crédito especial devido à esclarecida boa vontade do Interventor Dr. Fernando Costa, a cujo interesse devemos especial e a mais grata menção, de seu Secretário da Fazenda, Professor Francisco d'Auria, e do Presidente do Conselho Administrativo Dr. Gofredo da Silva Telles, sendo de toda justiça aqui relembrar a contribuição da Prefeitura de Itú devida ao então Prefeito Dr. Mario da Costa Oliveira, num gesto de simpatia que muito o honra.



EDIFÍCIO DO MUSEU REPUBLICANO
"CONVENÇÃO DE ITÚ"



SALÃO DE HONRA — FACE OPOSTA À MESA DA CONVENÇÃO



SALÃO DE HONRA — MESA USADA NA CONVENÇÃO

III

PRIMEIRO ANDAR

O SAGUÃO DO MUSEU (A2)

Larga "porta carreira" dá acesso a magnífico saguão, cuja área orça por algumas dezenas de metros quadrados abrigando a caixa da escada nobre de dois lances em ângulo reto e larguíssimos degraus de suave vencimento.

Assim oferecem as paredes de tão vasto vestíbulo notável superfície a ser aproveitada para fins decorativos. Tal decoração instantaneamente a reclamava o caráter da instituição instalada no vasto casarão, já quasi octogénario.

Dispõe Itú, em seus fastos já mais que triseculares, de sobejos elementos para que tal decoração se pudesse fazer com facilidade, tal a cópia de assuntos a serem evocados em seus anais, ilustrados, às vezes, por episodios relevantes e, em outras ocasiões, por lances cheios de interesse ou pelo menos pitorescos.

Assim examinadas as condições em que se apresentava o grande saguão, decidimo-nos a decorá-lo de acordo com a fachada do edificio e o gosto do tempo, azulejando-o.

E para tanto recorreremos à arte do habil especialista de S. Paulo, o Sr. Antonio Luiz Gagni, artista que, há longos anos, se tem consagrado à decoração de inúmeras igrejas, ceramista reputado e autor de numerosas composições, maiores e menores, reproduzindo trechos de S. Paulo Colonial.

Desempenhou-se o Prof. Gagni com muita habilidade da incumbência recebida revelando real senso artístico, ao executar os projetos que escolheramos e ideiaramos.

Supomos que esta evocação dos principais lances da história local na cidade, por meio de avultada série de composições, é a primeira a se fazer no país. E quer nos parecer que nunca realisada em larga escala sistematizada.

Dividem-se os painéis decorativos que azulejam o grande saguão do Museu de Itú em duas categorias, os que representam composições pictóreas evocando cenas da história local nos séculos XVII, XVIII e XIX.

Desses azulejos há três séries: a dos painéis de composição, evocando lances dos fastos ituanos, a das reproduções de antigos documentos iconográficos locais, e a dos retratos de vários personagens de pról nascidos na velha cidade paulista.

Entre os painéis de composição, inspirados na história local, temos: — *Missão de Maniçoba (1553) Fundação de Itú (1610) — Fundação da capela curada de Nossa Senhora da Candelária (1644) — Elevação do Arraial a vila (1657) — Elevação da vila a cidade (1842) — O episódio de Pedro Leme, o Torto. (Fins do século XVII) — Os irmãos Leme em Camapuã (1720) — Prisão dos Irmãos Leme (1728) — O Pay Pirá e seus boróros do Rio das Pedras (1740) — Jeronimo Gonçalves Meira e os Paiaguás (1742) — Largada da monção fundadora de Iguatemi (1767) — Morte de João Martins Barros (1770) — Construção da segunda matriz de Itú (1780) — Conferencia dos proceres ituanos com os de S. Paulo em favor da Independencia Nacional (1821) — Solene adesão de Itú á causa da Independencia Nacional (1822) — D. Pedro I e o capitão mór de Itú, Vicente da Costa Taques (1822) — Assinatura da ata da Convenção de Itú (1873).*

Como painéis documentais: as três mais velhas vistas panorâmicas de Itú: as de Debret (1827) Hercules Florence (1831) e Miguel Benicio Dutra (1850). *Inauguração da estação ferroviária de Itú, (1873) segundo original de Julio Martim; Engenho de cana (1826) Fabricação de açúcar (1826) segundo originaes de Hercules Florence, Beneficiamento de café pelo carretão (1850) original de Norfini, Tropa cargueira de café.*

Como vistas antigas de Itú e seus arredores anteriores a 1850 reproduzem-se as seguintes: *Santa Casa de Misericórdia — Igreja de N. Senhora do Patrocinio — Colégio e Igreja do Bom Conselho — Convento de S. Francisco — Salto do Tietê — Porto do Góis — Seminário das Educandas* segundo originaes de Miguel Benicio Dutra dentre 1839 e 1847, *o Largo da Matriz em 1870 — Convento de S. Francisco (1880) e Lavadouro Público, e ainda segundo antigas vistas, Bandeira do Divino e Procissão dos carros de lenha (1835) — Pique-nique na pedreira de Itú (1839), segundo Miguel Benicio Dutra, o Salto de Itú em 1826 (Hercules Florence). Dois painéis simbólicos completam o conjunto: *Panoplia bandeirante (gibão de armas, arcabuz e machado) e Ferramenta do ouro (almocafre, carumbé, batea e pá).**

Doze retratos emoldurados em cartelas de opulenta decoração completam o conjunto. Homenageam ituanos natos que tiveram destaque no cenário local, paulista e nacional.

Toda esta decoração no vestibulo se deve ao pintor Sr. Antonio Luiz Gagni, azulijista consumado.

Ao vasto saguão ilumina um fóco elétrico adaptado a um dos velhos lampeões da antiga iluminação pública ituana a azeite.

SALA A1

Consagra-se esta sala a relembrar os diversos movimentos republicanos no Brasil, culminados pela revolução de 15 de Novembro de 1889.

A esta recordam os retratos dos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, General Benjamin Constant, Conselheiro Ruy Barbosa, drs. Aristides Silveira Lobo, Manoel Ferraz de Campos Sales, Demetrio Ribeiro, João Batista Sampaio Ferraz e Antonio da Silva Jardim.

Ainda ali estão os retratos dos dois mártires da revolução pernambucana de 1817, Domingos José Martins e José Luiz de Mendonça. Em dois cantos da sala destacam-se os bustos em bronze de Campos Sales e Bernardino de Campos.

Diversos quadros esquemáticos mencionam os principais vultos dos movimentos republicanos brasileiros. Referem-se à Inconfidência Mineira (1789) e à bahiana (1798) à Revolução Pernambucana de 1817, à Confederação do Equador (1824) e a Revolução Bahiana de 1837-1838; à Riograndense do Sul (1835-1845) e arrolam os principais signatários do manifesto de 3 de Junho de 1870.

Nas vitrinas expõe-se numerosos jornais do Rio de Janeiro e S. Paulo (ofertados em geral pelo Dr. Luiz Silveira) de 15 e 16 de Novembro de 1889.

Expõe-se ainda a banda usada pelo Marechal Manuel Deodoro da Fonseca em seus últimos anos (oferta do Sr. Orozimbo Maia) e um documento convidando o General Couto de Magalhães a passar o governo de S. Paulo à junta republicana de Novembro de 1889.

SALA A3

A esta sala enchem os moveis, quadros, livros, objetos diversos que existiam no gabinete de trabalho de Prudente de Moraes em Piracicaba, oferecidos em 1925 ao Museu por seus filhos representados pela Exma. Sra. D. Julia Prudente de Moraes e o Dr. Antonio Prudente de Moraes.

Forma, este todo, conjunto sobremodo representativo da singeleza da vida brasileira de outróra, há meio século ainda. No gabinete de um homem abastado, advogado de grande

reputação, político que chegou ao apice da vida pública, só existiam moveis modestos embora feitos em geral com as nossas melhores essências. Larga e comoda escrivaninha a que encima o busto em bronze do Presidente, sofá, cadeiras, estantes, vitrina, papelreira, consolos, mesinhas diversas, etc. enchem o vasto cômodo.

Uma única peça diverge do resto, uma vitrina-escrivania de vime, de indústria nacional e feitiço exótico, oferecido a Prudente de Moraes e por ele presenteada ao Dr. João Sampaio, seu genro, que a ofertou ao Museu.

Algumas centenas de volumes enchem as prateleiras de nove estantes em geral toscas. Encerram obras jurídicas, históricas, literárias e sobretudo a documentação oficial, muito abundante, relativa ao periodo governamental do nosso primeiro presidente civil. (1894-1898).

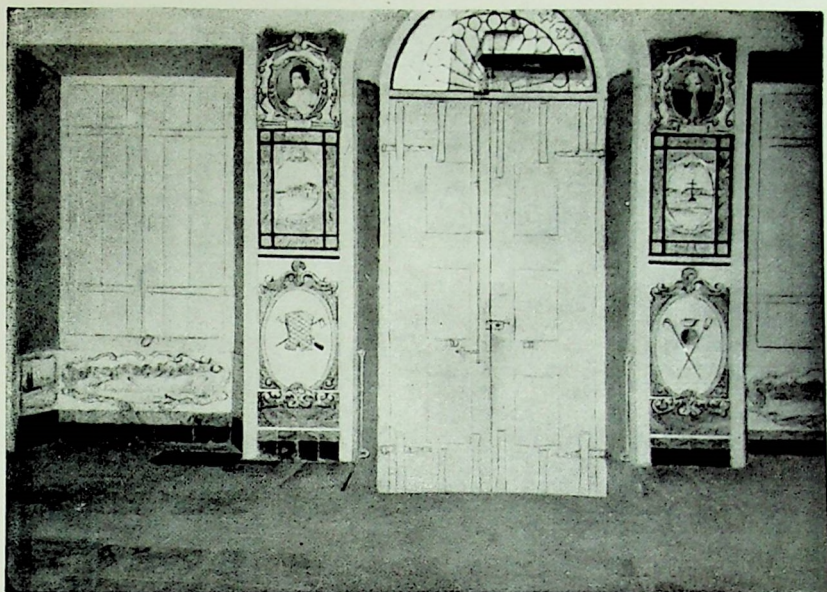
Em grande vitrina vêem-se numerosos albuns de bela encadernação, de retratos, e outros, ofertados a Prudente de Moraes quando Presidente da República.

Pelas paredes notam-se, além de ótmo relógio antigo, numerosos quadros (geralmente estampas sem feitiço artístico), gravuras, fotografias, retratos de homens públicos brasileiros e estrangeiros a quem Prudente de Moraes admirava, grupos de família, colegas, admiradores, correligionários, etc.

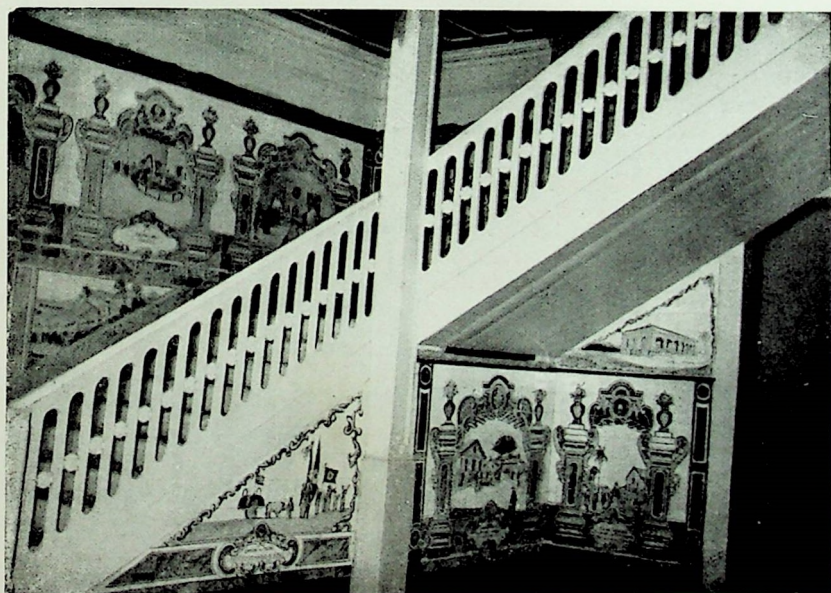
Entre os quadros, destaca-se um de grandes dimensões em que se notam as fotografias em platinotipia do Presidente e de seu ministério, chefe de polícia, chefes de suas casas civil e militar em 1895.

SALA A4

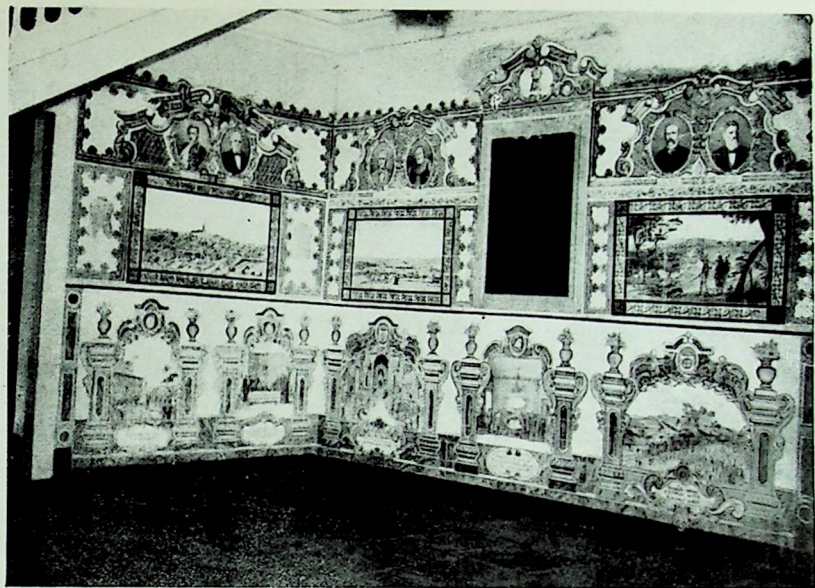
Neste cômodo prolongamento do vestibulo nota-se interessante banguê datando de meados do século XIX (oferta do Sr. Herminio de Camargo) e alguns objetos da antiguidade local. Contíguo ao saguão prestando se a ter as paredes igualmente azulejadas tal serviço já se encetou com a colocação de dous paineis: *Missão de Maniçoba* (1553) — *Visita do Padre Dr. Guilherme Pompéu de Almeida aos seus grandes curraes de Itú a escolher boiadas para as Minas Geraes* (1702).



VESTIBULO — LADO DA RUA — A PORTA DE ENTRADA



VESTIBULO — LADO DA ESCADA

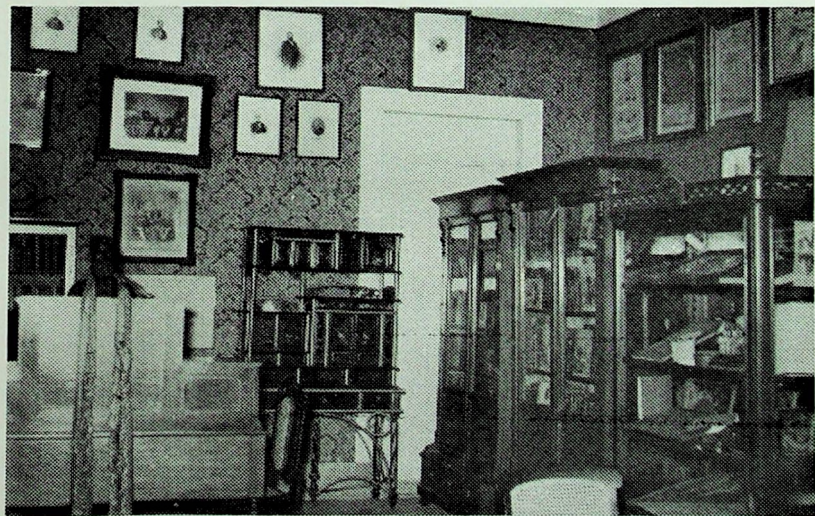


VESTIBULO — FACE FRONTEIRA À ESCADA

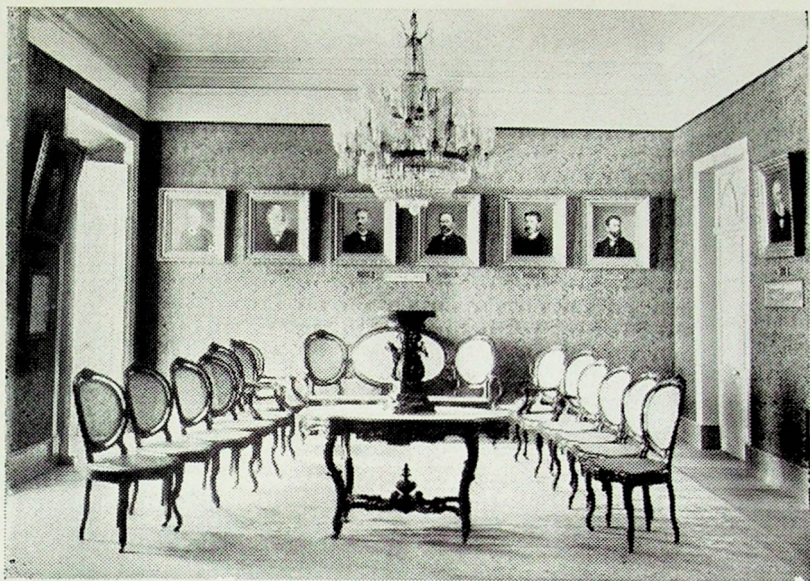


SALA A1

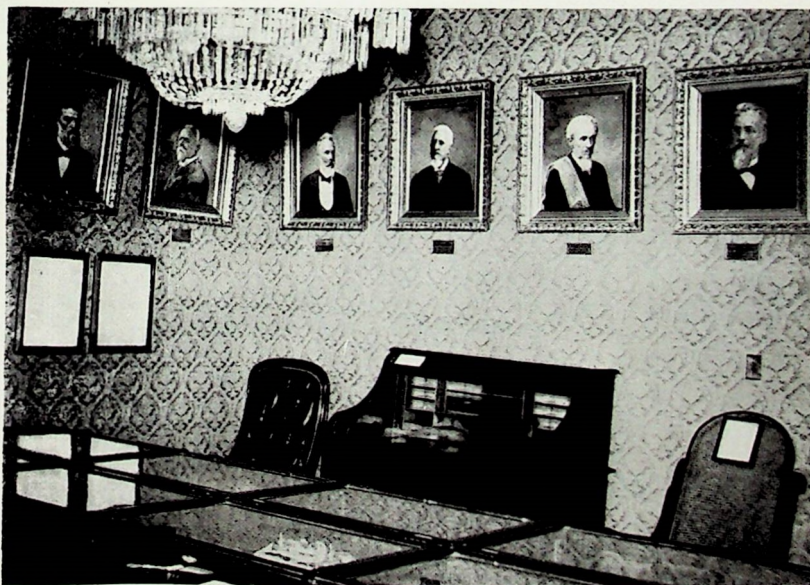
SALA A3
"PRUDENTE
DE MORAES"



SALA A3 — "PRUDENTE DE MORAES"



SALÃO DE HONRA — B1



SALA B2

IV

SEGUNDO ANDAR

SALA BI

Este cômodo é o antigo salão de visitas do prédio convertido em Museu. Tem o teto estucado, dele se dependurando grande e rico lustre francês de cristal com dezoito mangas, soberba peça.

De suas paredes pendem quatorze telas a óleo com os retratos dos seis componentes da mesa que presidiu a Convenção de 1873; João Tibiriçá Piratininga, presidente, Americo Brasiliense de Almeida Melo, secretário geral, Francisco Emidio da Fonseca Pacheco, Inácio Xavier Paes de Campos Mesquita, Antonio Francisco de Paula Souza e Carlos de Vasconcelos de Almeida Prado.

Dos convencionais ainda há as effigies de José Vasconcelos de Almeida Prado, Ubaldino do Amaral Fontoura, Candido Barata Ribeiro, Rafael de Aguiar Barros, João Tobias de Aguiar e José Luiz Flaquer. Os dois últimos dos quatorze retratos são os de Joaquim Saldanha Marinho, redator do primeiro grande manifesto republicano, o de 3 de Dezembro de 1870 e o de D. Olímpia F. de Almeida Prado, esposa de Carlos de V. de Almeida Prado, proprietário do prédio onde se realizou a Convenção, oferta de sua Exma. Filha D. Julia P. Penteadó.

Das paredes pendem, enquadrados, dois documentos da mais alta evocatividade o singelo livro em que se lavrou a "Ata de Reunião do Partido Republicano em Itú, aos 18 de Abril de 1873" e o não menos tosco "Livro de presença destinado a receber as assinaturas dos cidadãos republicanos que assistiram à reunião republicana havida em Itú a 18 de Abril de 1873", dadas do Dr. Carlos de F. Villalva.

Dezesseis aquarelas da autoria de Miguel Benicio Dutra, ornam as paredes do salão dos quais sete representam velhos edificios ituanos: *A Santa Casa de Misericórdia*, *O Colégio*, *Seminário das Educandas*, todos de 1847, *o Convento de S. Francisco (1840)*, *o Convento do Carmo (1839)*, *A Igreja do Bom Jesus* (não datada), duas vistas do Salto de Itú, (uma de

1845 e outra não datada), *Salto do Porto de Góis* (n. d.) *Pedreira em Itú e Vista dos contornos de Itú, Sítio do Capitão José Manuel, abaixo de Porto Feliz, Salto de Buturantim* (sic) *em Sorocaba* (todas as quatro não datadas) duas vistas de localidades (não identificadas nem datadas) retratos do Capitão Mor Vicente da Costa, Taques Góis e Aranha e de Antonio José Veloso (não datados).

O mobiliário da sala consta de sofá, poltronas, cadeiras simples, mesa central, consolos do chamado "estilo medalhão" mobília francesa contemporânea dos reinados de Luiz Felipe I e Napoleão III, além de velho piano de mesa, inglês, de autoria de Butcher and Co., de Londres, com teclado de seis oitavas, um único pedal e datado de 1832.

Entre os bronzes que adornam os consolos e a mesa central, há a notar magnífica floreira francesa, dourada a fogo, dois belos pêndulos dos chamados de chaminé e vasos de meados do século XIX.

SALA B2

Nesta sala há treze retratos a óleo, dos quais dez de convencionais: Américo de Campos, Francisco Glicerio, Bernardino de Campos, Campos Sales, Manoel e Prudente de Moraes Barros, Cesario Mota Filho, Antonio Carlos da Silva Teles, Francisco Quirino dos Santos, Elias Alvares Lobo e três outros de propagandistas eminentes da República: Venancio Aires, José A. de Cerqueira Cesar, Francisco Rangel Pestana.

Em vitrina estão expostos diversos documentos, dádivas da Família de Prudente de Moraes por intermédio do Dr. Prudente de Moraes Filho e Dr. João Sampaio, como sejam: diplomas de deputado provincial e geral, eleitor republicano, senador federal, vereador em Piracicaba e ainda um volume de provas impressas do ante-projeto da Constituição de 1891 com notas marginais do futuro Presidente da República; cadernos de notas políticas e pasta de despacho de Campos Sales, quando Presidente da República, oferta dos filhos deste estadista, objetos diversos de escritório de F. Rangel Pestana, oferta de seu filho Sr. Paulo Rangel Pestana, Cesario Mota (oferta do Dr. Artur Mota Filho), etc.

Em quadros murais os diplomas de nomeação de Prudente de Moraes para primeiro governador de S. Paulo e de Presidente da República.

Entre os moveis, a secretaria de Francisco Glicerio (doada por sua filha D. Clotilde Glicério de Freitas), uma poltrona de Bernardino de Campos, (doação do Dr. Eugenio Égas), uma cadeira de balanço de Campos Sales (oferta do Dr. Paulo de Campos Sales).

No mobiliário desta sala há a destacar um piano de mesa com seis e meia oitavas e um único pedal, datando talvez de 1850. Numa vitrina artística, dourada e com pinturas, vêem-se numerosos *bibelots* doados pelos filhos de D. Alice de Souza Queiroz Paes de Barros, e grande e belo baú de madeira com incrustações de madrepérola de procedência indiana.

À sala B2 ilumina magnífico lustre, antigo, francês, de cristal, com dezesseis mangas.

SALA B3

Na sala B3 encontram-se treze retratos de convencionais; os de Francisco José de Camargo Andrade, Bento Quirino dos Santos, Joaquim Roberto de Azevedo Marques, Manuel Elpidio Pereira de Queiroz, Antonio Benedito de Cerqueira Leite, Jorge de Miranda, Antonio Benedito Cerqueira Cesar, Cesário Nazianzeno de Azevedo Mota Magalhães, Joaquim de Paula Souza, Francisco de Assis dos Santos Prado, Antonio de Toledo Piza, Gabriel de Toledo Piza e Almeida, José Maria Maxwell Rudge (este último por oferta da família Vergueiro Rudge).

No centro da sala destaca-se o retrato do Dr. Washington Luis Pereira de Souza, fundador do Museu, oferta da Municipalidade de Itú.

Além dos retratos de convencionais, destaca-se o quadro fantasioso de autoria do pintor ituano Jonas de Barros, "*Convenção de Itú*" 1873.

É tela de muito grandes dimensões em que o artista dispôs esquematicamente cento e trinta e três personagens na sua maioria sentados e colocados em renques de cadeiras.

O ambiente é totalmente falso, pois representa enorme salão com onze portas-janelas de sacada, cujas dimensões excedem de muito qualquer das salas do edifício onde se realizou a Convenção.

Os retratos dos convencionais são de aparência quase sempre a mais mediocre mesmo quando se trata dos mais prestigiosos dentre eles. E muitos da mais duvidosa autenticidade. No desenho esquemático que acompanha esta tela aparecem nomes de pessoas que não tomaram parte na assembléia de 18 de Abril de 1873. O único mérito deste trabalho realizado por modesto *curioso*, é o da iniciativa do agrupamento dos membros da Convenção.

À sala B3 orna magnífico pastel da autoria de Mauricio Rugendas, *Préstilo popular no Rio de Janeiro* (1846) dádiva do Sr. João Fernando (Yan) de Almeida Prado. Representa a mais pitoresca cena, o passeio de uma banda militar precedida

por populares de ambos os sexos, geralmente pretos, notando-se entre eles muitos capoeiras.

Notam-se ainda diversas aquarelas da autória de Miguel A. Benício Dutra : *Bandeira do Divino, Préstito dos Carros de lenha, Interior do jazigo da Ordem do Carmo, Folia do Divino, Arco de triunfo, Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio* (1805) *Asilo do Padre Pacheco* (1850) *Retrato do Padre Elias do Monte Carmelo, Morte do Padre Elias do Monte Carmelo, Porta da capela do jazigo do Carmo* (1845), *Fazenda de Monte Alegre em Piracicaba* (1845) *Fazenda de Corumbatai, Fazenda (não especificada), Fazenda de Antonio Manuel Teixeira na Venda Grande em Campinas* (1846), *Vista tomada do Quartel General, sitio do alferes José Caetano Rosas* (1846).

Há ainda a referir a bela vitrina vertical cheia de *bibelots* de diversas procedências, doação dos filhos de D. Alice de Souza Queiroz Paes de Barros.

Em duas grandes vitrinas horizontais estão expostos diversos documentos republicanos valiosos contemporâneos da propaganda, como sejam : *Recordações históricas* (1873) da lavra de Cesário Mota Filho, *Livros de Atas* do Clube Republicano de Itú (1872) e do Club Republicano de Rio Claro (1872) *a Ata da I sessão do Congresso Republicano da Província de S. Paulo* (1880), autógrafos do Presidente Campos Sales, oferta do Dr. José de V. Almeida Prado Filho, de Francisco Glicério, (dadivas do Sr. Paulino de Lima e D. Clélia da Fonseca Lima, das Exmas. Filhas do Presidente Campos Sales, do Dr. José de Vasconcelos de Almeida Prado Filho), almanques e jornais antigos, ituanos, oferta do Dr. Braz Bicudo de Almeida, espada de oficial da antiga Guarda Nacional (dádiva do Sr. Luiz Gonzaga Novelli) títulos antigos de eleitores republicanos e outros, pesos e medidas de outrora, aferidos pela municipalidade local, peças de origem indiatca, armas, etc., ofertas dos Srs. João Batista da Silveira, Dr. Mario da Costa Oliveira, Joaquim G. de Arruda, João Pinto, etc., recordações da celebração do centenário de Prudente de Moraes (oferta do grupo escolar Prudente de Moraes), velhos distintivos e catecismo do Bispo D. Antonio Joaquim de Melo (dádiva do Professor Scovel Escobar e de D. Maria do Carmo Santos) etc..

Á sala ilumina antigo e elegante lustre de cristal de seis braços.

SALA B4

Nesta pequena sala há retratos de republicanos que se destacaram na fase da propaganda, tais como : Salvador Leme Brisola, Francisco de Assis Peixoto Gomide, Antonio Pompéu de Camargo, nela se notando alguns moveis antigos doados pela Exma. Sra. D. Vitalina P. de Souza Queiroz e

sua filha D. Marina de Souza Queiroz Lins, um quadro representando o Largo da Matriz de Itú em 1870 por Jonas de Barros e diversas aquarelas de Miguel Benicio Dutra, reproduzindo tipos populares da cidade e da Província de S. Paulo entre 1835 e 1840, cegos, tropeiros, carnavalescos, janotas, tipos de rua, burguezes, etc). e ainda grande quadro com diversos cabeçalhos dos jornais republicanos que em 1888 circulavam em território paulista.

Sobre uma das cômodas existe belo oratório no tipo dos de Minas Gerais do século XVIII (Presepe e Calvário). Um lustre antigo, que pertenceu a Câmara Municipal de Itú, ilumina a sala.

SALA B5

Este salão é o maior, em área, de quantos dispõe o Museu. O seu mobiliário mostra conjunto outrora muito vulgar nas salas de visita das casas brasileiras, abastadas, de meados para o fim do século XIX.

Assim, ali se notam as mobílias chamadas de cachimbo, sofá, poltronas de braços, cadeiras simples, mesa redonda, coberta de pedra marmore e consolos singelos também cobertos de mármore.

Vêm-se ainda mais dois grandes sofás também tipicamente brasileiros e outro imitando o estilo inglês de Sheraton, grande cadeira prelatícia entalhada, bela mesa setecentista, elegante escrivaninha de tipo francês e das imediações de 1870, um relógio das imediações de 1850 (dádiva do Presidente Washington Luis), um penteador e outros móveis. No grande salão exhibe-se peça histórica de alta valia, evocativa, a singela e grande mesa elástica que serviu para os trabalhos da mesa da Convenção de 1873, (dádiva da Exma. viuva de José de Vasconcelos de Almeida Prado).

Outra peça a ser notada é o grande *buffet* de 1850 todo entalhado, outróra, pertencente ao grande fazendeiro dignitário Luiz Antonio de Souza Barros, e dádiva de seu neto Dr. Luiz de Souza Barros. Sobre este *buffet* há vários espécimens de porcelana antiga.

Encontram-se no salão, oitenta efígies de convencionais, telas a óleo distribuídas por dez panos de parede, pois o vasto cômodo apresenta duas reentrâncias.

Em sua parte central, que é iluminada por duas áreas, há os seguintes retratos: José Rafael de Almeida Leite, José Ribeiro de Camargo, Pedro Alves da Costa Machado, Joaquim Galvão de França Pacheco, Luiz Gonzaga de Campos Leite, Antonio de Toledo Piza e Almeida, Braz Carneiro Leão, Francisco Pedro de Souza e Melo, Ladislau do Amaral Campos, Antonio Roiz de Sampaio Leite, José Teresio Pereira da

Fonseca, Nuno de Melo Viana, Domingos Soares de Barros, Jesuino Pinto Bandeira, João Eloi do Amaral Sampaio, Joaquim Floriano de Toledo Junior, Carlos G. Mendelson, José Rodrigues Paes, José Nardy de Vasconcelos, Antonio Nardy de Vasconcelos, Francisco de Paula Cruz, Luiz Antonio de Carvalho, Joaquim de Sampaio Góis, Estanislau de Campos Pacheco e Diogo do Amaral Campos.

Na ala direita encontram-se os retratos de Luiz Ferraz de Sampaio, Claudino de Almeida Cesar, Antonio Alves Pereira de Almeida, José Alvares da Conceição Lobo, José de Almeida Prado Neto, Manuel Fernando de Almeida Prado, Antonio Francisco de Araujo Cintra, Francisco Antonio de Souza, Teodoro Henrique de Toledo, Azarias Dias de Melo, Carlos de Queiroz Guimarães, Joaquim Manuel Pacheco da Fonseca, José Antonio de Souza, Antonio Dias de Aguiar, Antonio Nardy de Vasconcelos, Malaquias Rogerio de Sales Guerra, José Vaz Pinto de Melo, João José de Araujo Viana, José Pinto do Carmo Cintra, Luiz Augusto da Fonseca, Antonio Augusto da Fonseca.

Na ala esquerda figuram as effigies de João Licio, José Bernardino de Freitas, Manuel da Costa Falcato, Antonio José de Souza, Teofilo de Oliveira, José da Rocha Camargo Melo, Manuel de Arruda Castanho, Balduino de Melo Castanho Sobrinho, Antonio Basilio de Souza Barros Paiaçuá, Antonio Freire da Fonseca e Souza, Francisco Xavier de Almeida Pires, Vitor de Arruda Castanho.

Na parede exterior do salão grande vêem-se as de Joaquim Augusto de Souza, Joaquim Antonio da Silva, Antonio Joaquim Leme, Ladislau Antonio de Araujo Cintra, Balduino do Amaral Melo, Manuel Jacinto de Moraes e Silva, Amelio Carneiro da Silva Braga, Américo Boaventura de Almeida, Bernardino de Sena Mota Magalhães, Teofilo da Fonseca, Luiz Antonio de Oliveira Cruz, Domingos Viegas Muniz, Pedro Alexandrino Rangel Aranha, Francisco Alvares da Conceição Lobo, Joaquim Roiz de Barros, Luiz Antonio de Souza Ferraz, Bernardo Antonio Rodrigues da Silva, Joaquim da Silva Oliveira Pinto, Antonio Joaquim Pereira Guimarães, João Corrêia Leite de Moraes, Joaquim Pires Pereira de Almeida, José Egídio da Fonseca.

Apesar de todos os esforços, ainda não conseguiu a Diretoria do Museu descobrir os retratos de dezena e meia de convencionais de 1873, mau grado reiterados apelos pela imprensa.

Entre os retratistas representados na galeria do Museu de Itú citemos Almeida Junior, Oscar Pereira da Silva, Pedro Alexandrino, João Batista da Costa, Henrique Bernardelli, Paulo Valle Junior, Henrique Tavola, Pedro Bruno, Bernar-

dino de Souza Pereira, Framta Richter, Tarsila do Amaral, Teodoro Braga, José Wash Rodrigues, Henrique Manzo, Ernani Dias, N. Petrilli, etc.

SALAS B6, B7 E B8

Não se acham estes cômodos abertos à visita pública. Estão ocupados pela Secretária e Arquivo do Museu.

SALÕES A5 E A6

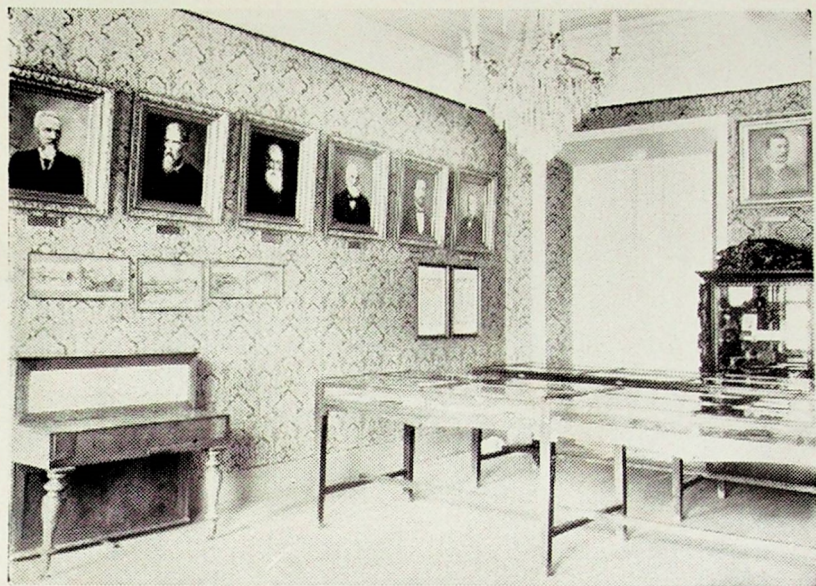
Estes dois vastos cômodos do primeiro piso do edifício poderão com o tempo ser aproveitados para exposições públicas.

SALAS B9 E B10

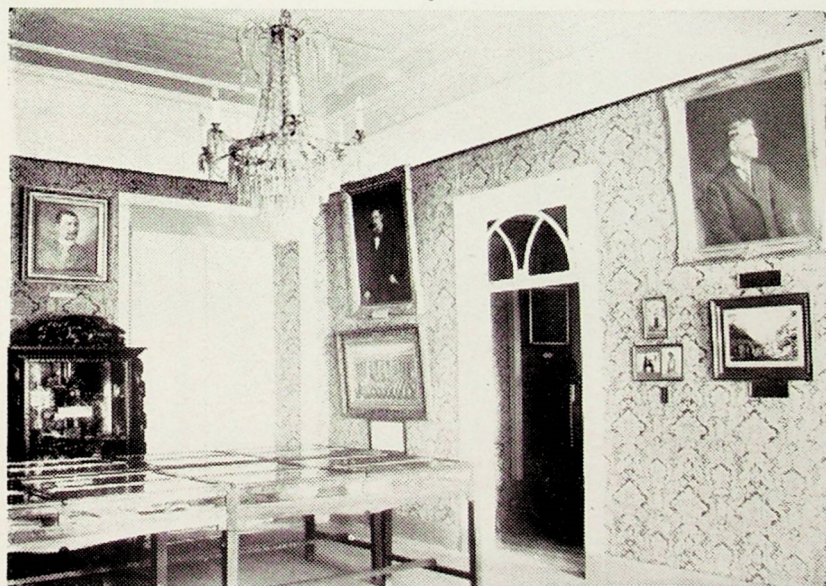
Nestas duas salas funcionam o Almojarifado e Depósito do Museu.

O JARDIM DO MUSEU

Na parte posterior do edifício ha pequeno jardim de seus duzentos metros quadrados, bem desenhado e cercado por alta e densa cortina de bougainvilleas. Nota-se ao centro pequeno tanque de mármore com repuxo, na interseção das diagonais de paralelogramo formado por quatro pedestais de granito que suportam estátuas, também de mármore, representando as quatro Estações.



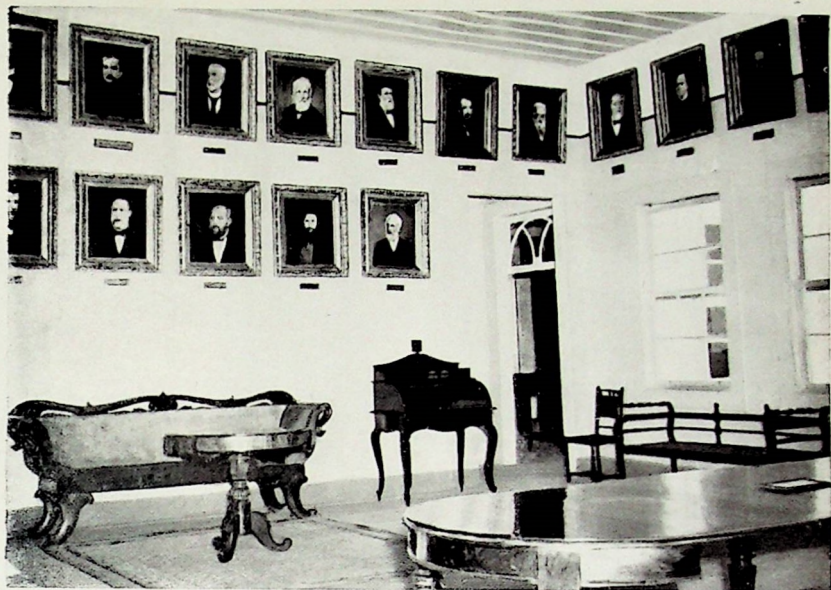
S A L A B 3



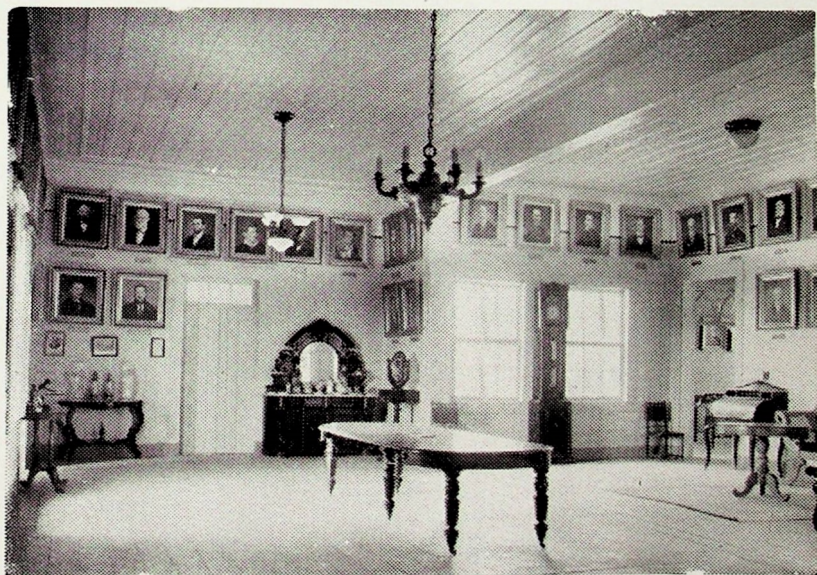
S A L A B 3



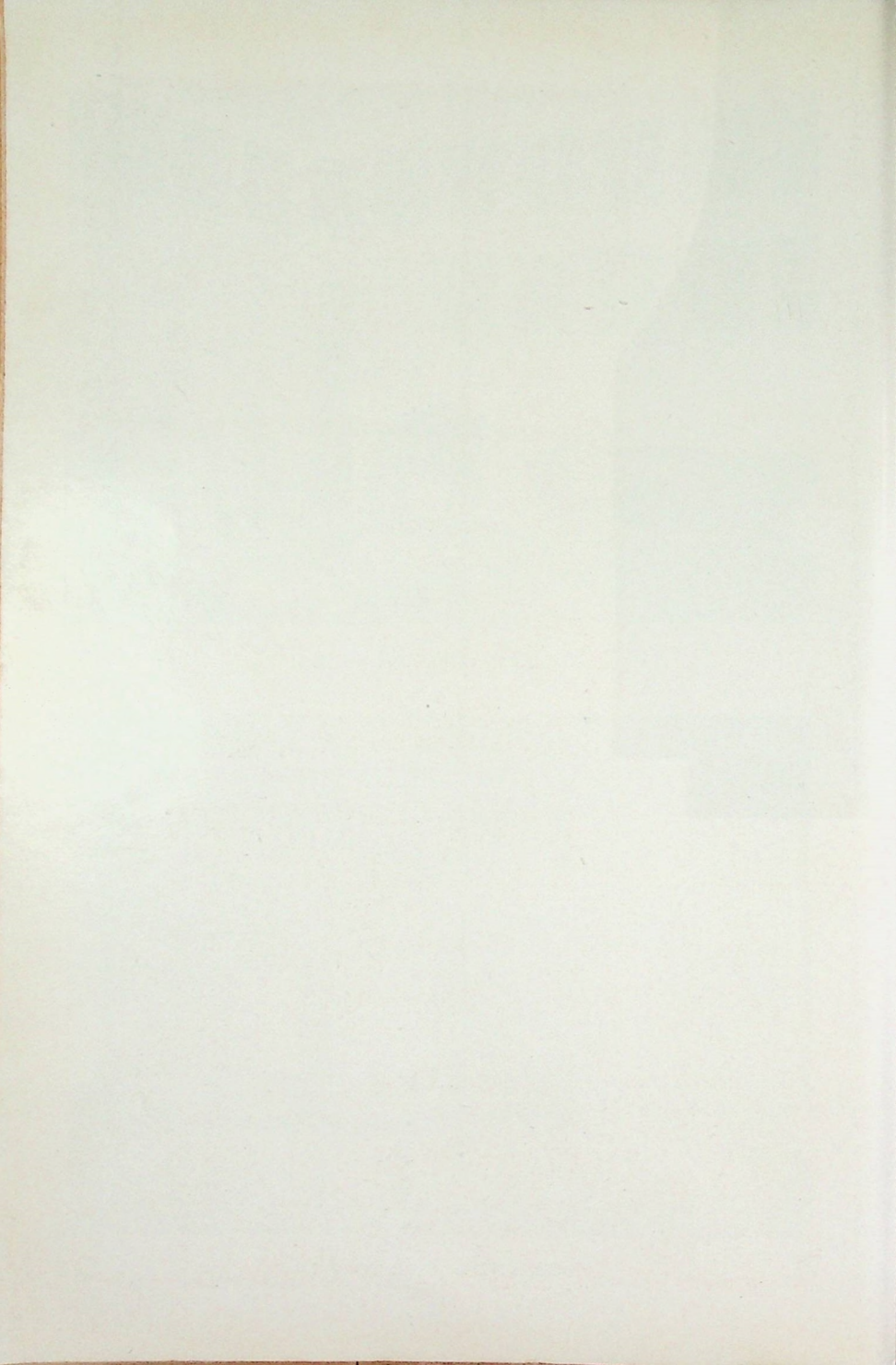
SALA B4



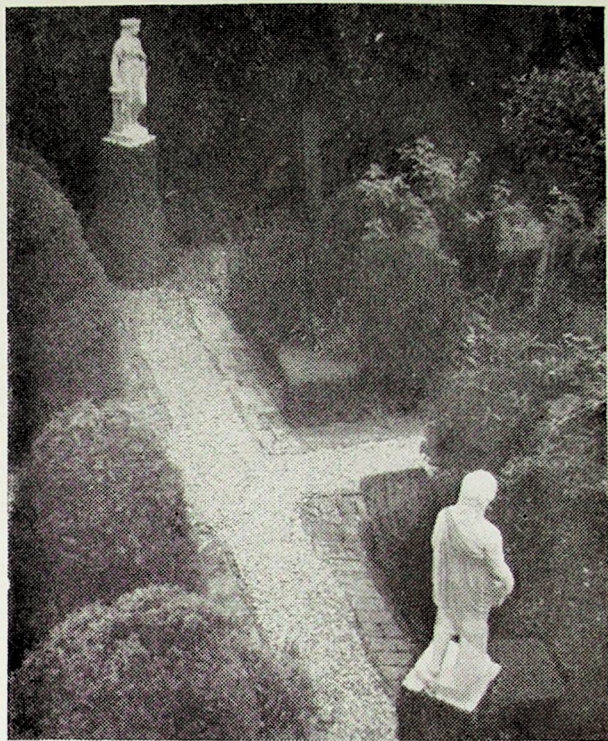
SALÃO GRANDE — B4

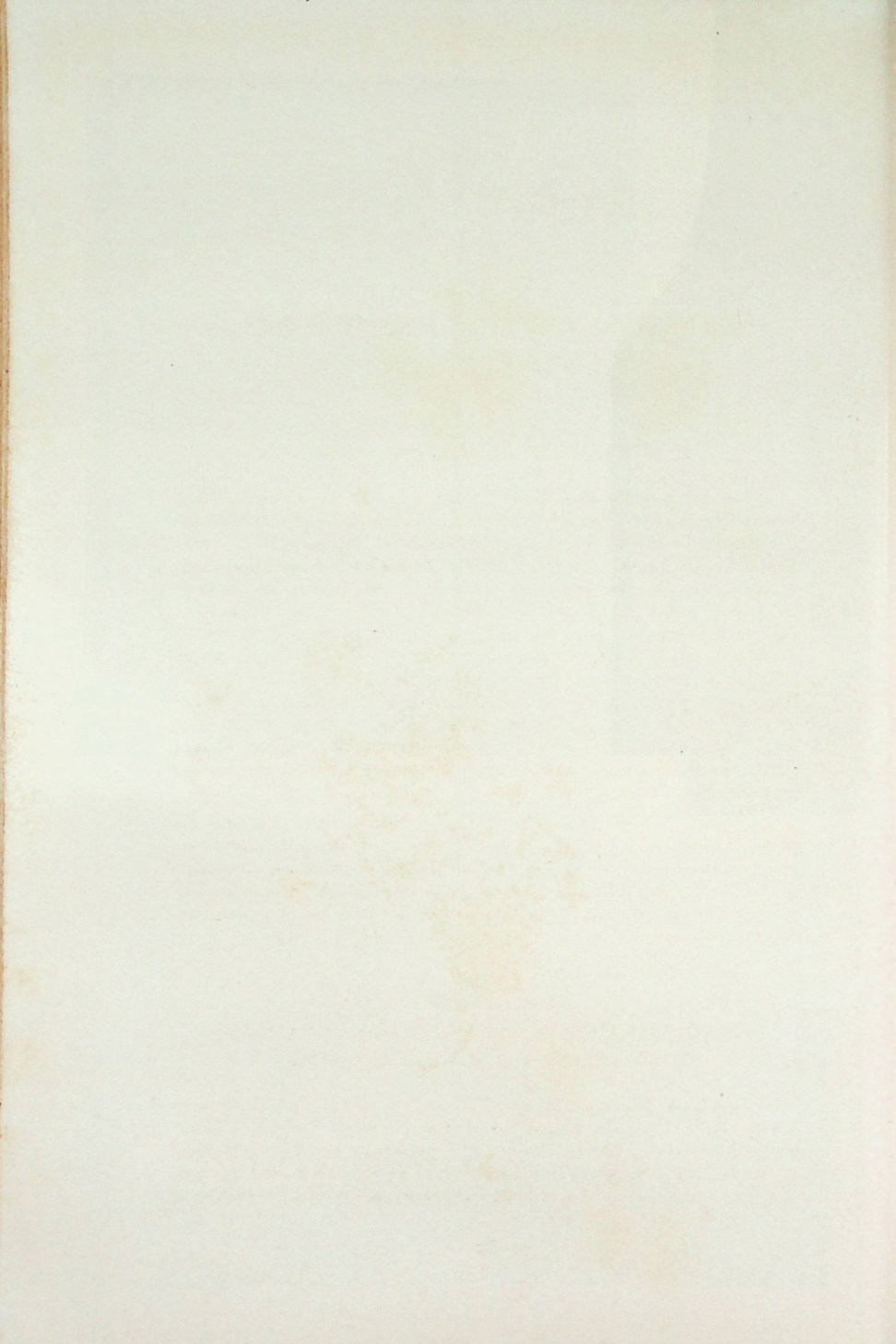


GRANDE SALÃO B5



JARDIM
DO MUSEU





EXPLICAÇÃO DOS PAINÉIS DO VESTÍBULO

MISSÃO DE MANIÇOBA (1553)

Desde que Manuel de Nobrega encetou os trabalhos da evangelização do Planalto em 1553, fundou este extraordinário civilizador aldeias entre os guaianazes, agrupando-os em Piratininga (agosto de 1553). Maniçoba, deve ter existido nas vizinhanças de Itú senão no próprio local de Itú (setembro de 1553) antes de S. Paulo. Não se sabe bem se Maniçoba não seria a mesma Japiuba, de que fala Simão de Vasconcelos, a 90 milhas de S. Paulo para o Sertão “junto de um rio onde se embarcava para as terras dos carijós”. Nesta missão de Maniçoba viveu o Padre Gregorio Serrão, notável pelo zelo a inteligência e a facilidade com que falava o tupí. Na nova aldeia abriu logo escola. Começaram a afluir índios guaranis do Paraguai a Maniçoba, o que provocou violências dos colonos portugueses e seus tupis.

Muito pouco durou a aldeia de Maniçoba, ao que se sabe, resolvendo os jesuítas abandoná-la, concentrando-se para mais perto de S. Paulo. O painel representa aspectos do contacto dos jesuítas com os seus catecúmenos no primeiro núcleo de povoamento civilizado que existiu em Itú ou em suas cercanias.

Dimensões : A 1.35. L. 1.20.

FUNDAÇÃO DE ITÚ, EM 1610 POR DOMINGOS FERNANDES E CRISTOVAM DINIZ

Notam-se no fundo do quadro os toscos edifícios do arraial que desponta, a igreja de Nossa Senhora da Candelária, em cuja fachada está a sineta da convocação dos fiéis à missa e de rebate dos bons vassallos para as ocasiões do serviço d’El Rei, as singelas casinhas cobertas de palha dos moradores.

Ainda no mesmo plano duas árvores gigantescas, colossais jatais que ainda duraram muito e cuja lembrança longamente viveu na memória dos ituanos. Em frente à igreja, sogro e genro, Domingos Fernandes Ramos e Cristovam Diniz observam a execução do trabalho que acabam de encomendar aos seus servos: o chantamento do primeiro e toco cruzeiro da nova povoação.

Pelas portas das palhoças e pelo Largo, brancos e índios assistem à piedosa cerimonia.

No listão da moldura que enquadra a composição, lê-se: *Itú, boca do Sertão*. E realmente naquele milédimo (1610) era o novo povoado o nucleo civilizado mais distante do litoral, existente em todo o Brasil (cerca de 160 quilômetros). Domina o quadro a cruz da Ordem de Christo, sobre cujo braço vertical se estampa o cirio aceso, attributo simbólico da Senhora da Candelaria.

Dimensões: largura 1,50; altura 1,35.

INSTAURAÇÃO DA CAPELA CURADA DE NOSSA SENHORA DA CANDELARIA (1644)

Cresceu o arraial de Domingos Fernandes e Christovam Diniz graças à fertilidade de suas terras próprias ao plantio da cana.

E os seus piedosos habitantes achavam-se descontentes com a singeleza da capela pobresinha dos fundadores. Outra bem maior construíram, embora ainda muito modesta, pois escassos eram os recursos da terra.

Grande festa solenizou a instauração da Capela Curada de Nossa Senhora da Candelaria em 1644, que o painel evoca.

Acaba de sair de sua Capela pequenina, de taipas e telhas de canôa, mas já rebocada e caiada e, em solene procissão, a imagem da Senhora Padroeira empunhando à dextra e seu grande cirio aceso da Purificação do Divino Parto e trazendo ao braço esquerdo o Senhor Menino. Ao seu andar carregam quatro dos mais qualificados homens bons do arraial que para corresponder a tamanha honraria vestiram o que de melhor tinham no guarda-roupa: gibões e farragoulos, calções de tufo de veludo cheios de brocados e passamanes.

À frente do singelo prestito, marcha pomposo o homem bom que carrega o guião processional e a quem acompanha o pároco da nova capela curada. Atrás do andor marcha a massa popular, homens e mulheres, gente de prol, gente do povoleu, negros do gentio da terra e negros do gentio de Guiné.

À porta da igreja vêem-se damas de gerarquia, vestidas com a magnificência possível naquele arraial que continuava

a ser a mais avançada das sentinelas da civilização nas terras do Brasil mais longe do mar do que Parnaíba, sua mãe, à moda helênica, Jundiá, Mogí das Cruzes, Taubaté e distante cem quilômetros da vila de São Paulo do Campo de Piratinin-ga, sua avó, também à moda helênica.

Dimensões : Larg. 1,12. Alt. 1,35.

ELEVAÇÃO DE ITÚ A VILA (1657)

Continuava em franco progresso o arraial ituano em cujas redondezas vinham afazendar-se povoadores, plantadores de cana e donos de currais. Assim atendendo ao grande desejo dos moradores e á realidade dos fatos econômicos, entendeu o Conde de Monsanto, donatário da Capitania de São Vicente, obtemperar à representação daqueles vassálos de S. Magestade, o Sr. Dom Afonso, sexto do nome, a quem Deus guardasse como seus vassallos haviam mister, em petição feita por intermédio de seu Capitão Mór Gonçalo Couraça de Mesquita. E assim mandou expedir alvará elevando a vila o arraial de Nossa Senhora da Candelaria do Outuguassú.

Evoca esse painél a cena da leitura do alvará do Conde de Monsanto aos cidadãos da nova vila, feita por um delegado do Capitão Mór da Capitania. E a cena ocorre em frente ao edificio do paço municipal (desenhado segundo a figura original inclusa no mapa do Dom Luis de Cespedes Xeria, existente no Arquivo General de Indias em Sevilha, e reproduzindo o aspécto da casa do Conselho de São Paulo, em 1628).

Á porta principal do singelo paço, que ao mesmo tempo é carcere, domina o escudo das armas reais.

Sobre o telhado, pequeno torreão abriga o sino municipal de convocação e rebate, ao lado do mastro onde se desfralda o pavilhão glorioso das caravelas oceânicas e onde o sangue de Christo, derramando-se, enrubescce os braços do madeiro de seu suplício.

Em frente aos paços do novo Conselho fez a nova edili-dade levantar o pelourinho simbólico de sua entidade. Á coluna de pedra, colocada sobre uma banquetta de degráus, corôa uma esfera atravessada por haste de ferro que às ex-tremidades traz os braços armados relembreadores da vigilância da Justiça e das justiças de Sua Magestade.

O proclamador do grande acontecimento, vestido de gala, traz à dextra desembainhada a adaga e sustém à esquerda o texto do documento donatarioal que lê aos homens bons, às donas e a peonada da vila recém fundada. Grande concurso de assistentes alí se agrupa ; homens e mulheres de pról, ves-tidos luxuosamente, gente do povo, indios e pretos, No plano

principal o pároco local, um franciscano, vários homens bons e donas ouvem atentamente as palavras do emissário do Capitão Mór, delegado direto do Conde Donatário. Ao emolduramento do quadro domina o braço real das quinas e castelos adotado com a Restauração de 1640.

Dimensões : Larg. 1.m20 Alt. 1,35.

PERO LEME, O TORTO, RECUSA-SE A OBEDECER
À INTIMAÇÃO CASTELHANA PARA QUE SUA
BANDEIRA DEIXE O SERTÃO DA VACARIA
(ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XVII)

Este episódio de Pero Leme é certamente um dos mais pitorescos da História das Bandeiras Paulistas.

E chegou-nos graças ao insigne linhagista, crônista do bandeirantismo, Pedro Taques de Almeida Pais Leme, aliás primo do famoso Torto. Era este torto e coxo e apesar de tais óbices à locomoção levava-o a extraordinária energia a jornadas pela selva.

Certa vez, viu-se a sua bandeira detida no sertão da Vacaria, no sul de Mato Grosso, por numerosa tropa hespanhola.

Intimou o chefe castelhano aos paulistas que imediatamente deixassem aquelas terras que eram da corôa de seu soberano, o Rei Católico. E como contasse com grande superioridade de homens e armas, inclinaram-se os paulistas a obedecer-lhe. Cada vez mais arrogante exigiu o espanhól que os intimados assinassem uma declaração de que reconheciam os direitos do rei de Espanha, sobre aquele vasto território.

Já o haviam feito dois ou três, quando, destacando-se do meio dos demais "calções de couro", adeantou-se Pero Leme a bradar ao capitão de sua bandeira que não assinaria de forma alguma tal papel porque aquelas campanhas eram e sempre haviam sido de El Rei de Portugal, seu senhor, e pelos paulistas seguidas e trilhadas todos os anos a conquistar barbaros gentios.

Surpreso, exclamou o espanhol em tom de desprezo e achincalhe : *Miren el tuertol* Aproximando-se com a rapidez que lhe concediam faze-lo os defeitos físicos, retrucou-lhe o calção de couro ituano : Torto só, não! Torto e coxo !

Eletrizados por esta atitude mostraram-se os paulistas prontos a aperrar arcabuzes e pistolas. E tal o aspéto belicoso de sua mesnada que os espanhoís, relata o cronista, acharam melhor desistir das exigências.

No painel é o *Torto* naturalmente a figura principal. Num cenário sertanejo de clareira de mata a que domina gigantesca árvore, acham-se à esquerda os paulistas revestidos de seu típico gibão de armas, armados de arcabuzes e em face dos castelhanos também armados de fusis e de quem se encontram à frente o chefe e seu imediato.

Barbudo, adernado sobre a perna esquerda, malajambrado, revestido do gibão e trazendo à sinistra o arcabuz, coberto pelo chapeirão da época, ocupa o *Torto* o centro do quadro, apostrofando os espanhóis.

No alto da moldura a que encima o braço de Portugal inscrevem-se num listel o insultuoso *Miren el Tuerto!* e o *Torto e coxo!* do bravo e espírituoso revide.

Dimensões : Larg. 1,50. Alt. 1,35.

OS IRMÃOS LEME E O VARADOURO DE CAMAPUAN (1720)

Filhos do *Torto*, celebrizaram-se João e Lourenço Leme como dos mais notáveis sertanistas das entradas de Mato Grosso, na primeira fase do povoamento da imensa região central entregue a corôa lusitana pelo ilustre Pascoal Moreira Cabral e seus heróicos companheiros. Foram dos grandes beneficiadores da fertilidade das minas do Cuiabá e das lavras de rica pinta angariaram largo cabedal de arrobas de ouro. Mas ao mesmo tempo, homens de inaudita violência, autoritarismo e crueldade, cometeram nos sertões matogrossenses numerosos atos do mais feroz arbítrio e perversidade.

Como é geralmente sabido, o acesso a Cuiabá era feito em sua primeira parte pela navegação dos rios Tietê, Paraná e Pardo.

Remontando este à longinqua distância de sua fóz no Paraná, procuravam daí os bandeirantes passar as águas da contravertente, a do Paraguay. Diversos e péssimos itinerários realizavam até que, graças à energia e ciência sertanistas, conseguiram João e Lourenço Leme descobrir certa passagem da bacia do Paraná à do Paraguay valendo-se de um afluente do Pardo, o Vermelho e seu confluente o Sanguesuga : para atingir o curso do Camapuan, confluente do Coxim, por sua vez afluente do Taquarí, tributário, a seu turno, do Paraguay.

Antes da descoberta do varadouro, o itinerário dos sertanistas era pelo Iguatemi, o Iguaraí-guassú e o Nhandui, na bacia do Paraná, passando depois a descer para a bacia do Paraguay, por afluentes do Mboteteú (Mondego e hoje Miranda).

Entre as águas do Vermelho no Porto Sanguessuga e as do Camapuan medciavam cerca de treze quilômetros. Rasgaram os Lemes um caminho transitavel por carroções puxados por numerosas juntas de bois.

Não havia estrada mais curta nem mais favoravel ao trãnsito das canôas e canoões das monções cuiabanas que largavam de Araraitaguaba, Tietê abaixo, visando, como termino de enorme e penosissima viagem de meses e meses, o porto de Cuiabá.

Neste painel o cenário provém de desenho de Hercules Florence que passou por Camapuan em 1826. Os dois irmãos assistem à passagem das canôas que vêm do rio paulista. Brancos, índios e pretos constituem a assistência que cercam os dois bandeirantes, avistando-se entre ela as mulheres e crianças que começavam a povoar o feudo dos Lemes.

Dimensões : Larg. 1,35. Alt. 1,35.

TENTATIVA DE APRISIONAMENTO DOS IRMÃOS LEME EM ITÚ PELO OUVIDOR GODINHO MANSO (1723)

A João e Lourenço Leme enriqueceu notavelmente a mineração do ouro em terras de Cuiabá. Tornaram-se opulentos.

Passados muitos anos de internação em Mato Grosso, voltaram à vila natal de Itú precedidos pela fama dos enormes cabedaes em ouro e também pela dos inúmeros atentados cometidos com a maior crueldade, desacatos de toda a espécie a numerosas pessoas, várias das quais officiais regios e eclesiásticos.

Governava a Capitania de São Paulo Rodrigo Cesar de Menezes, irmão do Vice-Rei do Brasil, Conde de Sabugosa e era ouvidor da Comarca de São Paulo o Dr. Manuel de Melo Godinho Manso.

Vivia então na capital paulista certo personagem de extraordinária intelligência voltada para o mal e dominada por insaciavel cupidez : o sargento mór portugûes Sebastião Fernandes do Rego. Habilissimo intrigante, anteviu na ruína dos Leme, um meio de rápido e facil enriquecimento pelo confisco de seu ouro ; assim seduziu o Ouvidor no sentido de se aliar a ele para levarem os dois sertanistas e dar nova expansão aos sentimentos de insopitavel violência, desobedecendo às ordens do Capitão General Governador de São Paulo.

Com prodigiosa astúcia conseguiram o fim colimado arrancando de Rodrigo Cesar de Menezes uma "ordem de terminio" dos dois ferozes irmãos.

Agindo com extraordinária cautela procuraram Godinho Manso e Sebastião Fernandes adormecer as suspeitas dos Lemes afim de impedirem que fugissem para Mato Grosso.

Seguido de grande escolta apareceu o Ouvidor em Itú subitamente, certa noite, depois de haver subornado os escravos dos sertanistas. Cercou-lhes a casa, que foi arrombada, conseguindo ambos contudo fugir pelos fundos do quintal, indo ter a Araraitaguaba (mais tarde Porto Feliz).

Alí perseguidos, foi Lourenço morto pela escolta que o pretendia prender.

João, detido e levado à cidade d'O Salvador, afim de lá ser julgado pelo Tribunal da Relação do Brasil, viu-se condenado ao patíbulo, sendo então degolado.

Com os seus despojos locupletaram-se Sebastião Fernandes do Rego, sobretudo, e o Ouvidor.

No painél é o fundo do quadro ocupado pela rústica residência dos Leme em Itú. O Ouvidor Godinho Manso e Sebastião Fernandes do Rego dirigem pessoalmente o assalto mandando proceder ao arrombamento noturno da porta principal da casa por meio do choque de ariete de grande madeiro balouçado horizontalmente por numerosos pretos e índios.

Individuos armados de archotes iluminam o cenário.

Dimensões : Alt. 1,35. Larg. 1.50.

COMBATE DE UMA MONÇÃO COM OS INDIOS PAIAGUÁS NO SUL DE MATO GROSSO (1740)

É fato muito sabido que as monções de Porto Feliz a Cuiabá sofreram terríveis assaltos dos bélicosos e valentísimos índios do Sul de Mato Grosso, sobretudo dos paiaguás, ou canoeiros, e guaicurús. Foi a primeira agressão a de 1725, ano em que os paiaguás, no rio Paraguay, destroçaram uma monção de vinte canôas matando várias centenas de homens havendo do morticínio dos monçoeiros escapado apenas dois civilizados.

Outras temíveis agressões ocorreram em 1726, 1729, 1730, 1731, 1733, 1736. Na do 1730 perderam a vida mais de quatrocentos, civilizados entre êles o ouvidor de Cuiabá, Lanhas Peixoto, apossando-se os índios de sessenta arrobas de ouro.

Em 1740 atacaram os paiaguás uma monção que vinha de Porto-Feliz mas foram desbaratados pelo valoroso ituano Jerônimo Gonçalves Meira, que lhes retomou as canôas aprin-

cípio por êles tomadas, carregadas de fazendas e escravos, matou-lhes muita gente e chegou a Cuiabá com vultosos tropéus de lanças, arcos e flechas. Deu-se no álveo do Paraguay este assalto dos paiaguás a uma grande monção que de Araraitaguaba subia para Cuiabá. Foram os índios destroçados após sanguinolento combate graças a bravura do sertanista ituano. É o que o quadro evoca representando um episódio da luta.

No primeiro plano, à margem de um rio a que estão canoas abicadas, vêem-se os paulistas deitados no solo e atirando contra os índios que de arcos retezados vêm chegando em suas igaras.

No fundo, bela paisagem de densa vegetação.

Dimensões : Altura 1.35 Largura 1.m35.

ANTONIO PIRES DE CAMPOS, O PAI PIRÁ, E SEUS BOROROS DO RIO DAS PEDRAS (1740)

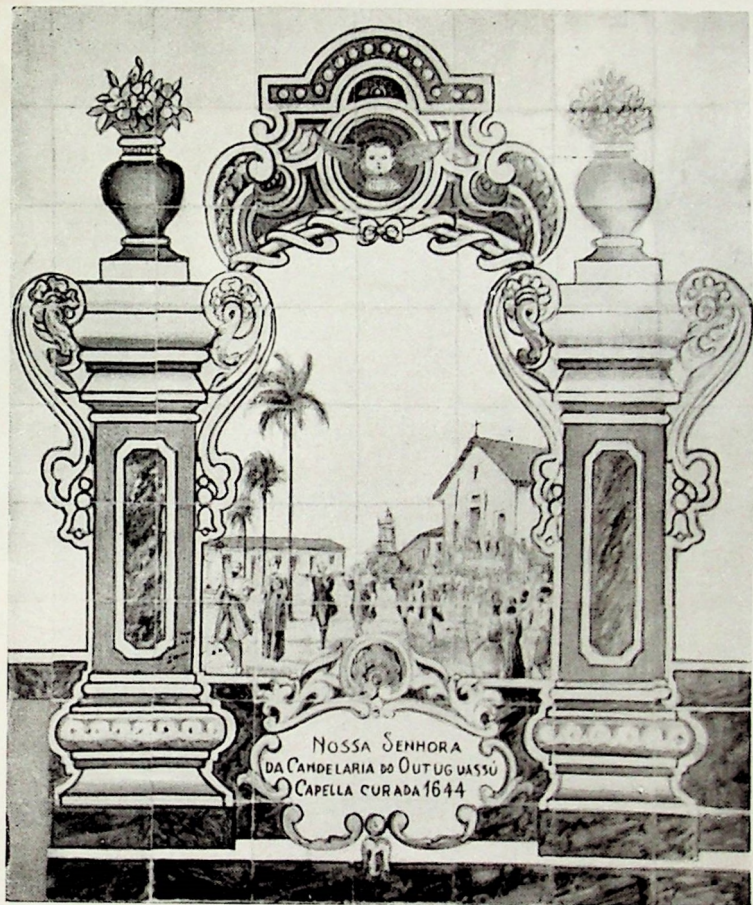
Antonio Pires de Campos, neto do grande sertanista Manoel de Campos Bicudo, foi no dizer de Pedro Taques “na praça Adonis e no sertão Marte” — açoute do bárbaro gentio caiapó que infestava a estrada toda das minas dos Goiazes. Nascido em Itú e afazendado em Itaici, segundo a tradição, foi grande devassador dos sertões de Cuiabá. E em “redução de amigavel paz” aldeou muitos índios na sua grande fazenda ribeirinha do Rio das Pedras, afluente do Paranaíba, no atual Triangulo Mineiro. Dos seus boróros fez um troço de excelentes arcabuzeiros com os quais bateu os caiapós, a quem causou enormes perdas. Ferido gravemente numa destas refregas veio a morrer das consequências do ferimento.

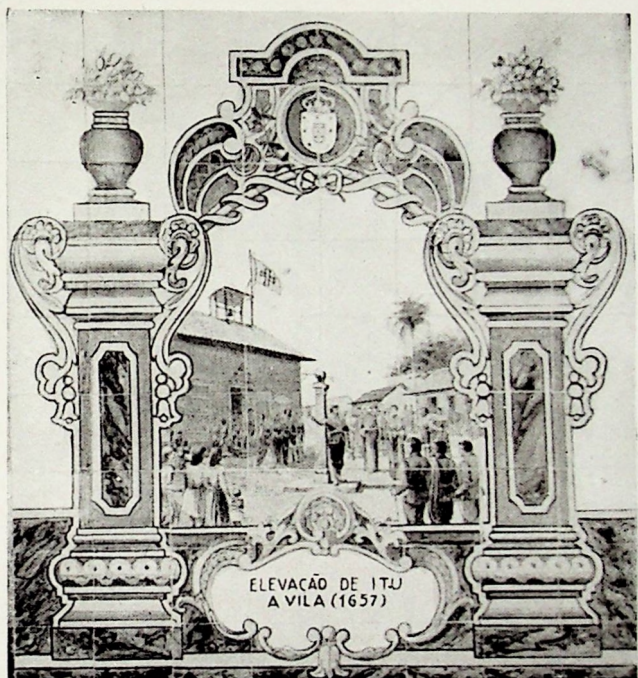
Ao fundo do quadro destacam-se as choças dos índios aldeiados, dos quais se vê certo número espalhados pela composição. Em segundo plano surge a casa grande do bandeirante que reproduz os aspetos da casa rural típica da época, segundo o modelo ainda existente, a conhecida “Casa do Padre Inácio” em Cotia, perto de S. Paulo.

À frente da sua moradia está o Pai Pirá a conversar com o irmão primogenito e seu lugar tenente Manoel de Campos Bicudo.

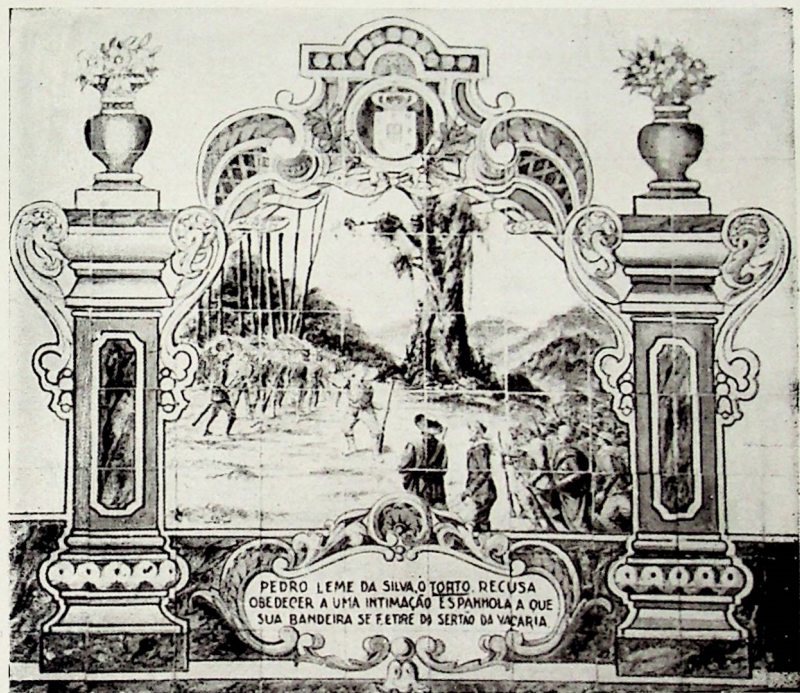
Dimensões : Alt. 1,35. Larg. 1.m05.







ELEVACÃO DE ITU
A VILA (1657)



PEDRO LEME DA SILVA, TERTO, RECUSA
OBEDECER A UMA INTIMAÇÃO E SPANHOLA A QUE
SUA BANDEIRA SE FETRE DO SERTÃO DA VAZARIA

PARTIDA DE ARARAITAGUABA DA MONÇÃO
FUNDADORA DO PRESIDIO DE IGUATEMY,
SOB O COMANDO DE JOÃO MARTINS BARROS,
28 DE JUNHO DE 1767

Em tôda a história colonial paulista não há, talvez, episódio que evoque mais sinistras recordações do que os fastos do presidio de Nossa Senhora dos Prazeres (sic!) de Iguatemi. Fundou-o em 1767 o Capitão General Governador D. Luis Antonio de Sousa Botelho e Mourão, Morgado de Mateus. De 1765 a 1775 governou este fidalgo a capitania paulista recém restabelecida após dezessete anos de sua incorporação ao governo do Rio de Janeiro, fruto de uma questiunçula pessoal da vaidade ofendida de Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadela, agravado por seu colega do sul D. Luiz de Masarenhas, conde de Alvor.

Procedendo a tal fundação, obedecia o Morgado de Mateus a expressas ordens do onipotente Conde de Oeiras, dentro em breve Marquez de Pombal. Determinara Sebastião José de Carvalho que se estabelecesse tal presidio na região sul-matogrossense, em fronteira com o Paraguai, afim de se impedir qualquer invasão castelhana em terras da coroa lusitana, quer à direita do Paraná, quer à esquerda, à fôz do Ivaí, que se devia igualmente fortificar.

As instruções emanadas diretamente da Coroa, em 26 de Janeiro de 1765, seguiram-se as ordens formais do Vice-Rei Conde da Cunha ao Capitão General de São Paulo, a 4 de Novembro de 1766. E concretizou-se a régia determinação na partida da primeira monção largada de Araraitaguaba (hoje Porto Feliz) a 28 de Junho de 1767.

Comandava-a o ituano João Martins Barros intimativamente nomeado pelo Morgado de Mateus, capitão mór regente da praça que se ia fundar na vastidão deserta dos sertões sul-matogrossenses.

Era um vassallo valoroso e opulento este Guarda Mór João Martins Barros, que, como nos conta Pedro Taques, fizera estudos "com destino ao estado sacerdotal", deixando porém de se ordenar. Distinguia-se pelas "prendas da afabilidade, candura e obsequio" de onde lhe proviera ser "objeto aplaudido e estimado entre os próprios naturais e os estranhos".

Quando o Morgado de Mateus estava cogitando de nomear um chefe para a sua expedição "ao Sertão do rio Uvaí como Sua Magestade Fidelíssima lhe determinara" logo lhe fôra lembrado João Martins Barros "pela sua grande prudência, zelo e desembaraço com o concurso de ser geralmente amado de seus nacionais e dos seus vizinhos, moradores da

Vila de Sorocaba, cujos paulistas haviam de formar o corpo de trezentos soldados escolhidos para a dita expedição”.

“Não poude João Martins Barros isentar-se desta eleição” continua o linhagista, deixando a tranquilidade do seu engenho de açúcar para organizar a expedição projetada.

Enormes sacrifícios exigiu ela, nada menos de trinta mil cruzados, soma enorme para a época e os recursos da Capitania “sem embaraço da grande cautela e acomodados preços por que foram compradas as canoas, com todo o trem necessário a elas, e mantimentos de milho, feijão, toucinho e farinha de milho e alguns viveres para servirem à necessidade mas não ao regalo”.

Dera a recruta um contingente de trezentos e vinte homens, na maioria arrancados aos seus lares em Itú, Sorocaba e Parnaíba.

Inauditas violências haviam acompanhado esta recruta. Mandara o Capitão General ao Capitão Mór Regente que “prendesse os pais, ou mulheres, sendo casados ou parentes mais chegados, dos alistados que ficariam retidos na prisão até que a expedição tivesse chegado à barra de Potunduba “afim de se conterem os repugnantes ao embarque ou depois dele desertores”.

E ameaças terríveis se faziam aos futuros prófugos eventuais.

Verdadeira atmosfera de terror se creou então na Capitania de São Paulo onde “os sacrifícios de vidas e dinheiro, para a criação e manutenção do presidio, as violências e opressões autorizadas exercidas pelo Capitão General e seus delegados foram inúmeras e constituíram por mais de dez anos uma das maiores calamidades com que o erro ou o capricho dos govêrnos tem, mais de uma vez, flagelado os povos. Grande parte dos moradores das vilas de Itú, Sorocaba, Parnaíba, etc. e de outras povoações então nascentes, na circunvizinhança emigraram para as capitánias limitrofes afim de escapar à opressão” (“Azevedo Marques, *Apointamentos da Provincia de São Paulo*”).

Para se fazer nítida idéia da soma de incalculáveis sacrifícios exigidos pela viagem de Araraitaguaba às pestíferas paragens onde se ergueu a praça de Nossa dos Prazeres de Iguatemi e o que representava a permanência naquele presidio basta ler o singelo e minucioso relato do Sargento Mór Teotónio José Juzarte, precioso manuscrito que divulgámos no tomo primeiro dos *Anais do Museu Paulista* e comentámos em *Na Era das bandeiras*, da nossa lavra.

Leva sôbre leva despejou o Morgado de Mateus para os sertões iguatemienses até 1773, afim de preencher os claros deixados pelo impudismo e outras enfermidades devastadoras da guarnição das pobres faxinas de terra posposamente

apelidadas de praça forte. Em Fevereiro e Março de 1772 ocorreram 272 óbitos, num total inferior a mil pessoas, prostradas pela malária, escorbuto, tifo, etc..

A tôdas estas levas acompanhou a série de inauditas violências pontuadoras da formação da primeira expedição.

O painel evoca a largada da monção de João Martins Barros, saindo do porto de Araraitaguaba para o Sertão, pelas águas do Tietê, Paraná e Iguatemi.

Valeu-se o artista do ambiente fixado por Amado Adriano Taunay, em 1826, num desenho assaz conhecido, divulgado pela obra de Hércules Florence : *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. Representa o *Porto*, a praia de onde partiam as monções cuiabanás, à base do conhecido *Paredão* em cuja crista se vê o casario humilde da futura vila de Porto Feliz, casario de onde se destaca a massa da matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens.

No primeiro plano voga o canoão do Capitão-mór-regente com os seus remeiros de proa e piloto de pôpa.

Diversas outras embarcações — cinco, mais ou menos próximas da margem, estão prestes a largar. *Na Praia* nota-se consideravel concurso de povo. Aos ares enfumaça a explosão de vários rojões.

Dimensões : — A. 1m,50 L. 0,75.

MORTE DE JOÃO MARTINS BARROS FUNDADOR DE IGUATEMI

Foi o Guarda Mór, e Capitão Mór Regente, vítima de seu zêlo pelo real serviço.

Muitos centos de pessoas morreram naquela nova povoação de Iguatemi onde também faleceu o dito Capitão mór", pormenorisa melancólico o linhagista da *Nobiliarquia Paulistana*.

Quando se deu o seu óbito é o que não pudemos apurar, na copiosa documentação publicada por Antonio de Toledo Piza. Julgamos que haja ocorrido na segunda metade de 1770.

Em Dezembro de 1769 rezara-se na igreja local uma novena a Nossa Senhora da Conceição para que nos livrasse de tantas mortes, doenças e necessidades, pois estavam todos pasmados, sem se poder trabalhar na obra da fortificação, por falta de sustento e tudo mais e quasi todos estavam doentes. Alí olhávamos uns para os outros sem se poder dar remédio" anotou Juzarte em seu singelo e eloquente diário em que proclama : "padecemos mais que os vassallos da Conquista do Oriente."

Miseráveis eram a igreja e o casario da povoação, coberto de cascas de palmito e de sapé.

No painel figura João Martins Barros deitado num catre e cercado por diversos dos companheiros de exílio, seis homens e três mulheres. O capelão do presídio administra-lhe os últimos sacramentos.

No vasto cômodo, que representa um armazem, e junto ao leito do moribundo vêem-se toscos moveis. À cabeceira, um quadro com uma imagem sacra.

Em princípios de 1775 visitaria o ilustre brigadeiro José Custodio de Sá e Faria a sinistra colonia pombalina e em relatório ao Rei, depois de descrever a dizimação dos povoadores, aconselhou a extinção da praça. A'quela fronteira do Brasil, dizia, defendiam o deserto e as mil dificuldades do acesso.

O substituto do Morgado de Mateus, Martim Lopes Lobo de Saldanha, 1775-1781, advogou perante a Corôa, com veemência, as idéias de Sá e Faria.

Este prisionado em Santa Catarina, em Fevereiro de 1777, pela expedição de Dom Pedro de Ceballos, aconselhou vivamente ao Vice-Rei espanhol que mandasse o governador do Paraguay apossar-se do sinistro presidio.

E tal se deu. D. Agostin de Pinedo, posto à testa de força consideravel, depois de esmagar a brava resistência daquela guarnição de espectros, ofereceu-lhe a mais honrosa capitulação, a 27 de Outubro de 1777. Comandava à praça o respectivo vigario Antonio Ramos Barbas Lousada.

Tanto este cura como o seu immediato estiveram porém longos anos encarcerados na Fortaleza da Barra de Santos como castigo da rendição.

Dimensões : — A. 1,m50 x L. 0,m75.

CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA MATRIZ DE ITÚ PELO PADRE JOÃO LEITE FERRAZ (1780)

Com o desenvolvimento de sua vila acharam os ituanos que a sua matriz local, já não correspondia ao progresso de sua aglomeração. Assim pensaram em construir nova e grande parquial dedicado a Nossa Senhora da Candelaria e em local diverso da primitiva igreja.

Poz-se à testa deste movimento o padre João Leite Ferraz, sacerdote muito virtuoso e abastado de bens. Ideiou a construção de templo de grandes dimensões a que ornassem altares de fina obra de entalhe e nave distintamente decorada.

Mostrou-se infatigavel em sua faina. Após a missa convencional dirigia-se aos fieis a pedir-lhes veementemente: “E

agora meus irmãos vamos trabalhar um pouco para a maior gloria de Nossa Senhora da Candelaria nossa padroeira !”

Montando uma olaria em sua chacara, nos arredores da vila, de lá fazia vir para o estaleiro das obras, adobes, tijolos e telhas. E ele próprio dava o exemplo carregando, aos hombros e à cabeça, pilhas de telhas, num prestíto de homens, mulheres e crianças, ricos e pobres, livres e cativos que piedosamente caminhavam cantando a ladainha de Nossa Senhora.

Assim conseguiu o Padre João Leite, em prazo relativamente curto, acabar uma obra vultosa, a matriz nova ituana cuja planta é realmente digna de nota pelas dimensões, conseguindo uma nave de vão muito consideravel, dadas as dificuldades da epoca e do local.

O painel representa a matriz em contrução adeantada com os andaimes fixos ás taipas nos diversos cavodás. Vem chegando a procissão dos portadores de materiais a cuja testa marcha o Padre João Leite a carregar uma pilha de telhas.

Homens e mulheres acham-se na praça fronteira á matriz e ao longo da parede lateral da rua do Carmo. No ultimo plano vê-se um carro de bois.

Dimensões : Alt. 1,35. Larg. 0,m90.

CONFERÊNCIA DE JOSÉ BONIFACIO, O PATRIARCA, COM OS LEADERS ITUANOS DO MOVIMENTO EM PROL DA INDEPENDÊNCIA (1821)

Não houve como Itú, talvez, lugar no interior do Brasil onde mais fortemente se pronunciasse a opinião publica em favor da independência do país. Tornou-se o principal centro secundário da agitação paulista obediente às instruções emanadas dos leaders do movimento em S. Paulo, a que presidia José Bonifácio de Andrada e Silva.

Eram os principais chefes locais : Diogo Antonio Feijó, o futuro Regente do Império e deputado ás Cortes de Lisboa, Francisco de Paula Souza e Melo, deputado ás Cortes de Lisboa e mais tarde senador do Império e Presidente do Conselho ; Antonio Pais de Barros, (primeiro Barão de Piracicaba) deputado ás Cortes de Lisboa, o irmão deste Bento Pais de Barros (Barão de Itú).

O grupo ituano tratou de obter ramificações nas vilas vizinhas de Sorocaba, Porto Feliz, S. Carlos (Campinas) Jundiá, Piracicaba, Mogí-Mirim, etc..

Em fins de 1821 entrou em contato mais estreito com os leaders paulistanos e é o que o painel evoca. Em torno de grande mesa situada num dos salões do Palacio do Governo de S. Paulo, acham-se os próceres ituanos em confabulação

com os de São Paulo, José Bonifácio, Nicolau Vergueiro, Conego Ildefonso Xavier Ferreira, Antonio Mariano de Azevedo Marques, Manoel Rodrigues Jordão Tenente General José Arouche de Toledo Rendon, etc.

Sentado ao centro da mesa está José Bonifácio, a quem rodeiam os chefes patriotas, sentados uns e de pé outros.

Dimensões : Alt. 1,m35. Larg. 1,20.

TE DEUM DA SOLENE ADESÃO DE ITÚ Á CAUSA DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL (1822)

Precipitando-se os acontecimentos e ocorrendo o *Fico*, foi José Bonifácio nomeado ministro do Príncipe Dom Pedro, em janeiro de 1822. Deu-se ponco depois a deposição de Martim Francisco e do Brigadeiro Jordão do Governo de S. Paulo pela corrente reacionária chefiada por Francisco Inácio de Souza Queiroz, e seus partidários da conhecida *bernarda* de 23 de maio de 1822. Contra este golpe protestaram veementemente os ituanos partidários da Independência e sustentadores do governo do Príncipe.

Camara e povo em perfeita harmonia, já a 28 de maio protestavam contra o proceder dos bernardistas, em solene termo de vereança e de tal deram conhecimento ao proprio governo reacionario e ás camaras vizinhas de Campinas, Sorocaba e Porto Feliz, assim como á de S. Paulo.

A 30 de junho de 1822 houve grandiosa manifestação publica do cléro, nobreza e povo. Começou por solene reunião na Casa do Conselho, presidida pelo Ouvidor da Comarca em que o magistrado leu inflamado discurso, terminado por estrepitosos vivas a Dom João VI, Rei Constitucional, e a seu Filho, o Príncipe, "gloria imortal e Perpetuo Defensor do Brasil", à Princeza "digno renovo da imortal Maria Teresa", assim como "a Assembléia Legislativa que já se ia instalar no Brasil."

Findo o ato dirigiram-se todos à Igreja Matriz a ouvir solene missa em ação de graças "pelos eminentes beneficios concedidos por Sua Alteza Real ao Brasil".

Terminada a missão proferiu o guardião do convento de S. Francisco, o Padre Mestre Marcondes, "eloquentissima oração em que se deixou ver o fogo do seu patriotismo e gratidão, terminando tudo com solêne Te Deum muito magestoso e devotamente cantado".

Com a tarde, novas demonstrações patrioticas ocorreram sob "nova girandola de fogo igual à que já anunciara os primeiros atos solenes da recepção" dada por onze personagens do maior prol na vila aos partidários do Príncipe. Estavam

preparadas três grandes salas “ricamente ornadas de sedas e damascos e com muito gosto dispostos”. A primeira destinava-se a recepções, a segunda para o doce” e a terceira ao banquete anunciado para as duas horas.

Nesta ultima se viam “do lado direito e debaixo de ricas cortinas de seda em “artificiosa armação”, os retratos de Dom João VI e do Príncipe Regente”, guarnecidos de flores, sedas, galões, etc., tudo de otimo gosto.

Ao banquete presidiu o Ouvidor da Camara, Desembargador João de Medeiros Gomes, principiando o brodio patriotico com o discurso proferido pelo magistrado, de saudação a Sua Alteza Real respeitável Pae, generoso amigo, salvador do Brasil, imortal salvador do Brasil”.

Foi o banquete entremiado de “coretos” entoados pela assistencia e todos respondidos pelo coro de musica com suas quadras alusivas e acompanhados pelo espoucar dos rojões das “girandolas de fogo”.

Em altos brados brindaram os circunstantes a soberania da Nação (Viva ! gritemos, com energia, A nacional Soberania !) ao monarca (Viva o saudoso Sexto João, que se venera de coração !) ao Príncipe Regente (Do Brasil viva, o Defensor, o Pae, Amigo, e libertador !) A futura assembléa brasileira (Viva a suprema Nossa Assembléa ! Iluminada seja de Astreá !) Depois de um coreto dedicado à união dos dous emisferios “lusos terminou o patriotico orfeon por saude especial dedicada “a todos quantos detestavam o despotismo “(Viva quem jure, inabalavel, Ao Despotismo, guerra implacavel !).

Relata o cronista anonimo narrador, pitoresco e gongorico, desses fatos : “Todas estas quadras foram cantadas com musica propria sendo sumamente notavel o geral entusiasmo com que foi aplaudida a Saude do nosso amabilíssimo Regente, em cuja ocasião se descobriu o seu retrato, bem como o de Sua Magestade na segunda saude.

Todas as grandes saudes foram feitas de pé e, uma vez findas, o presidente do banquete anunciou que eram permitidas as particulares. Enorme entusiasmo suscitaram os brindes propostos “aos dous Paulistas que tanto honravam e tanto já tinham servido à provincia e ao Brasil” José Bonifacio e Martim Francisco e aos illustres deputados da Provincia às Cortes, e particularmente aos que eram filhos de Itú (Paula Souza e Antonio Pais de Barros, futuro barão de Piracicaba).

Ao banquete encerrou o discurso de um patriota que após arroubada oração invocou o nome do Principe, o melhor de todos os Príncipes, precioso penhor da gloria do Brasil e poderoso sustentaculo da liberdade brasileira “a quem jurava fidelidade enquanto tivesse um sopro de vida”.

“Assim o juro !” exclamou, ouvindo da assistencia a resposta : “Todos juraremos”, ao que se seguiram repetidos

vivas ao Príncipe, a execução do Hino Paulista, “sendo cena tocante ver as expressões de amor e gratidão que em todos os semblantes transluziam”.

Na sala ao lado, “a sala do doce”, houve depois nova demonstração, presentes muitos convidados, proferindo o Padre Xavier nova oração patriótica.

À noite ocorreu “belíssima iluminação” “destacando-se a que fazia destacar as augustas efigies do Rei e do Príncipe Regente”.

Aos retratos saudaram muitos patriotas “com obras poéticas a que sempre respondia a musica com peças próprias preenchendo-se o tempo com outros concertos harmoniosos e entretendo-se a companhia, ora assistindo, ora aplaudindo das janelas aos instrumentos da banda do Regimento, que na rua e entre inumero povo tocava o hino, geralmente acompanhado”.

Foram os festejos daquele memorabilissimo dia levados até quasi meia noite, servindo-se então esplendido chá que não destoou do resto da função “pela profusão e magnificencia”.

À primeira mesa concorreram mais de sessenta cidadãos. Seguiram-se ainda muitas outras mesas e “por fim foi numerosa pobresa de proposito convidada, havendo ainda muitas sobras que todas se repartiam e mandavam a pobres, elevando-se de mais a mais, individualmente, esmolas pecuniarias, e até lançando-se das janelas da sala de doces grandes porções dadas à plebe na rua”.

Unanimes concorreram ás festividades todas as autoridades locais “tão conhecidas pelo seu puro patriotismo” aparecendo de sobra o fogo do liberalismo do honrado povo ituano e o seu consequente “ardente amor à liberdade do Brasil e do seu amabilissimo Príncipe Regente”.

Tal aliás era e não menor o espírito geral da Provincia em suas diversas comarcas, mau grado a compressão decorrente da reacção da *Bernarda* de Francisco Inácio na capital.

Consolaram-se todos os honrados cidadãos paulistas quando, oprimos em silencio, mas anciosos à espera da annunciada visita de seu idolatrado libertador “aplaudiram os esforços dos seus impavidos irmãos da Camara de Itú”.

Foram esses fatos e essas demonstrações veementes que levaram Dom Pedro I, recém-entronisado imperador do Brasil, a conceder a Comarca de Itú com o altissonante titulo de *Fidelissima*. por decreto de 17 de março de 1823.

O painel que analizanos fixa aspectos da Missa solene e Te Deum. Na nave da vasta matriz ituana vê-se numerosa assistencia masculina e feminina, vestida de gala a que se entremeia gente mais modestamente trajada, ouvindo o sermão

do franciscano Padre Mestre Marcondes, que do alto do púlpito aponta aos ouvintes os retratos de Dom João VI e do Príncipe Regente.

Dimensões : Largura 1,25 ; Altura 1,35.

DOM PEDRO I, ENTÃO PRÍNCIPE REGENTE E O CAPITÃO MOR DE ITÚ, VICENTE DA COSTA TAQUES GOES E ARANHA

Como é geralmente sabido, os "bernardistas", os reacionários, dominadores da situação em São Paulo, a partir de 23 de maio de 1822, começaram a hostilizar o partido dos que queriam imediatamente a liberdade brasileira. Assim, a 4 de julho, expediu o Governo Provisório de S. Paulo uma ordem mandando responsabilizar as camaras de Itú e Sorocaba como sediciosas. A 18 promoveu a repulsa a que o Marechal Aroncha assumisse o comando das armas provinciais.

Essas hostilidades promoveram o apressamento da viagem do Príncipe Regente a São Paulo, onde fez solene entrada a 25 de agosto seguinte sem encontrar qualquer resistencia dos *chumbistas*, intimidados.

Grande concurso de patriotas e autoridades do interior da provincia veio então saudar o Príncipe. Entre estes ultimos contava-se, acompanhado de numerosa copia de partidários do futuro Dom Pedro I, o capitão mor de Itú, Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, personagem cuja memória é muito viva, quer entre os seus conterraneos, quer entre os paulistas em geral.

Homem inteligente e ilustrado, bom latinista, gostava de escrever poesias em português de que há varias publicadas denunciadoras de aliás bem fraco estro. Extremamente cioso da autoridade e homem de genio muito autoritário, governava os povos de sua circunscrição assás despoticamente. E professava sentimentos absolutistas, sobremaneira veementes. Via com maus olhos o progresso das idéias liberais e destacara-se pelas denuncias repetidas que ao Governo dera acerca das atitudes de Diogo Antonio Feijó como "homem perigoso e cheio de idéias criminosas de liberdade".

Fundamente impressionou Vicente da Costa aos conterraneos.

A seu respeito correm anedotas numerosas e pitorescas geralmente relativas à extraordinária ciosidade de seus attributos de autoridade.

Era o tipo acabado do velho capitão mor.

Professava pelos soberanos e sua família o mais profundo respeito dele havendo poesias repassadas de veneração pela : "De Bragança a prole augusta" a quem "O céu propicio abençoa".

Correu Vicente Taques ao encontro do Principe Regente que acabara de chegar a São Paulo vencendo a cavallo as dezessete leguas que medeiam entre a sua vila e a capital paulista, o que certamente se tornou penoso a um quasi otogenario.

Era, havia mais de quatro decadas, (desde 1779) capitão mor de Itú.

Ao cortejo do Principe no Palacio do Governo apresentou-se trajado de grande gala, envergando vistoso fardão vermelho, casaca de rabo e calção, meias brancas e sapatos de fivela.

E quando chegou o seu turno de saudar o Regente, adiantou-se penteado com grande cabeleira de rabicho, empunhando o bastão simbolico de seu capitano e apertando sob o braço grande chapéu armado de tres pancadas. E ao Principe fez tres profundas reverencias.

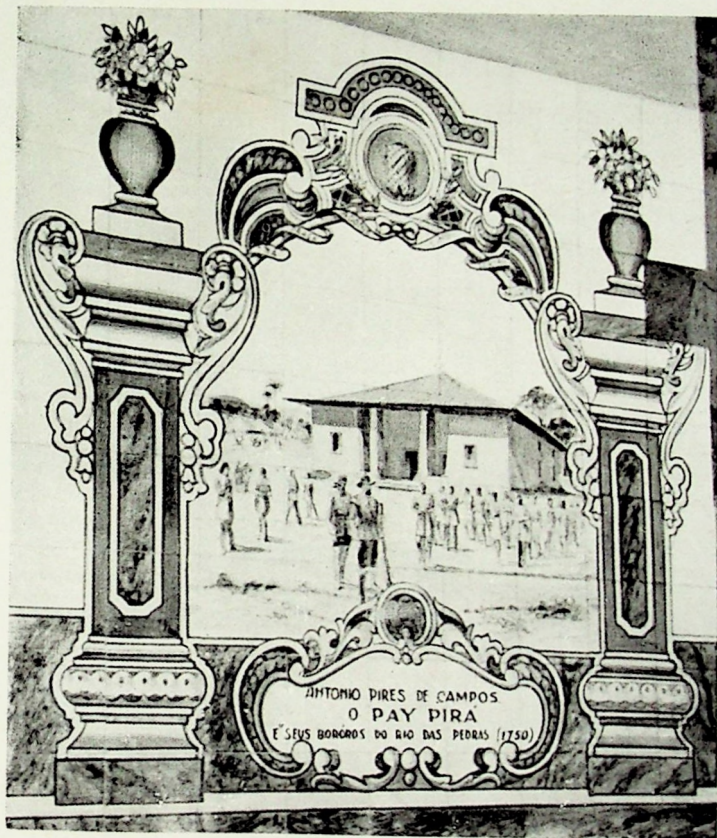
Tão exotica a sua apparencia que a toda a assistencia causou a maior surpresa e curiosidade. E o rapazola que ainda era Dom Pedro, cheio de repentes de doudivas impulsivo, prorrompeu em estrondosas gargalhadas, segundo a tradição.

"Metido dentro de seu casacão cor de sangue, camisa de babados, bicorno preto galonado de ouro, cabeleira de massacros e rabicho, com um sovelão à cinta, escreve Alberto Rangel, era "legitima aparição inhabitual, como que exumado do passado por artes esotericas dum mago caricaturista e macabro".

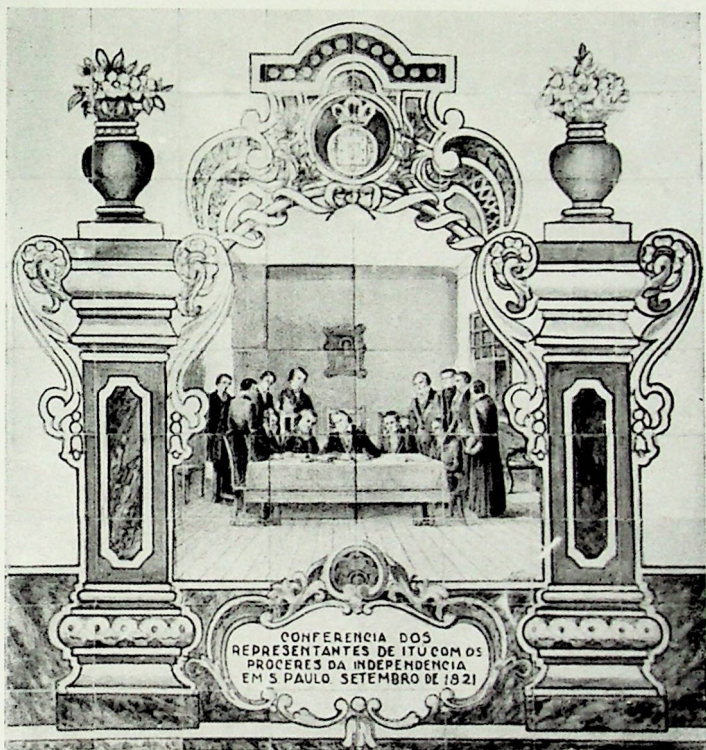
Qual não teria sido o espanto doloroso do fossilizado na dignidade e culto de tradicionalista, vendo o objeto de seu amor cívico encarnar-se no moço que lhe não respeitou o fardão vermelho, as cans, a empáfia do alto cargo social, porque riu e troçou do digno ancião e honrado magistrado ?".

O capitão mor, absolutista dos quatro costados, deveria ter volvido à casa com a alma despedaçada".

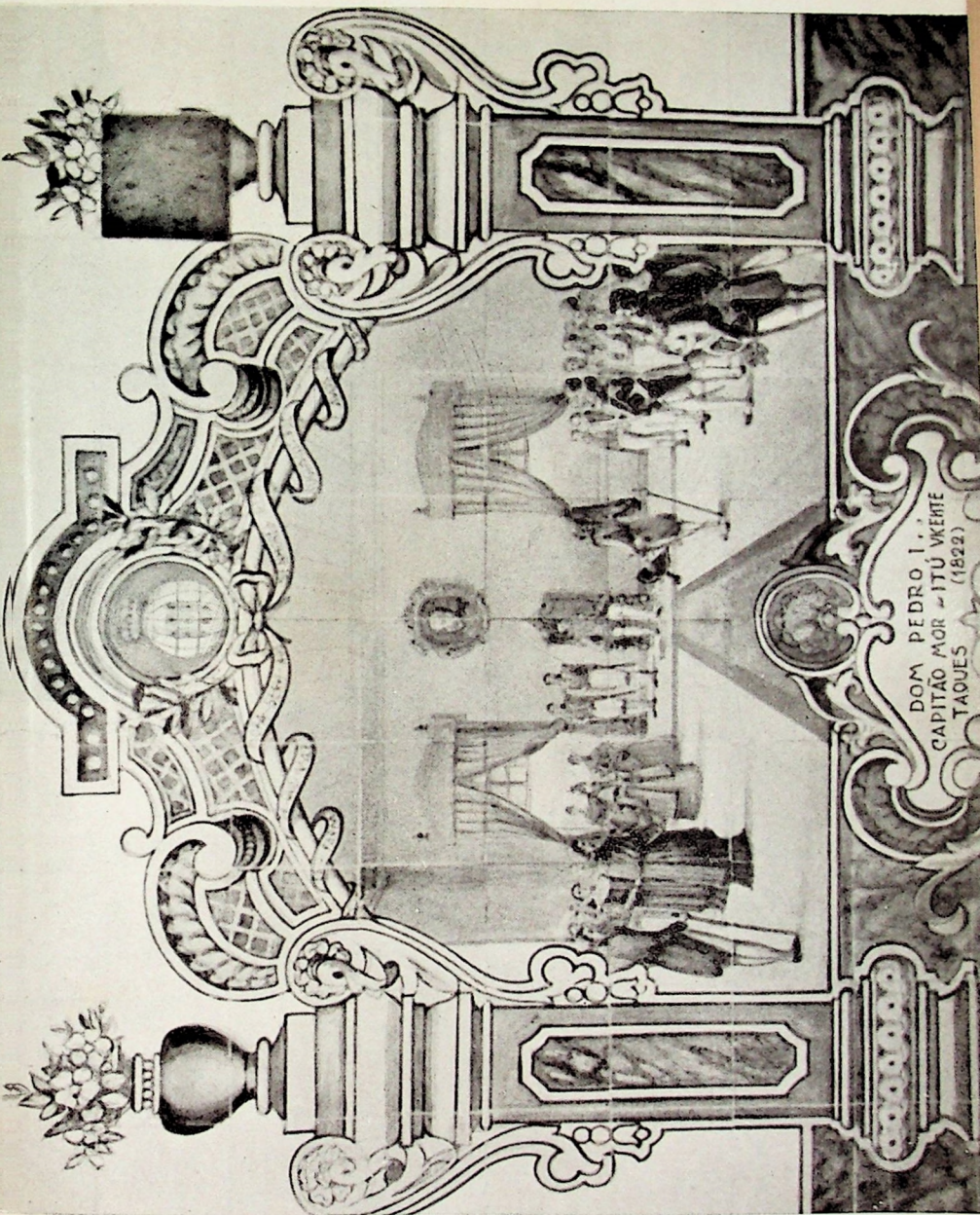
Não chegou ao conhecimento do eminente autor de *Dom Pedro I e a marquesa de Santos* o complemento do episodio que a tradição recolheu e vive muito divulgado em São Paulo. Segundo se conta, ao ouvir as gargalhadas do Principe a que acompanhavam as da assistencia do Cortejo, ficou Vicente da Costa Taques a principio sobremodo perturbado, mas não tardou que recuperasse a calma. Deixou que passasse a rinchalhada, deu uns passos para traz, aprumou-se e proferiu a mais feliz das respostas, conciliatoria dos sentimentos de homem cuja dignidade fora atingida e de vassalo fidelissimo de longo e absoluto lealismo.







CONFERENCIA DOS
REPRESENTANTES DE ITU COM OS
PROCESES DA INDEPENDENCIA
EM S PAULO SETEMBRO DE 1821



DOM PEDRO I.
CAPITÃO MOR DE ITUVERTE
(1822)
TAQUES

“ Com esta mesma farda de que Vossa Alteza Real mofa servi ao augusto Pai e aos augustos avós de Vossa Alteza Real” !

E proferido este desabafo fez nova e profunda reverencia retirando-se pausada e altivamente.

Narrando o desfecho da humoristica cena, escreve Rangel uns tantos topicos que conferem com o que refere a tradição oral.

“O Principe que perdera a compostura por irreflexão obedeceu logo às intimativas do proprio coração pedindo desforra à magua que causara impensadamente ao egrégio carrança e amigalhão. D. Pedro chamou, de novo, o velho Vicente, acarinhou-o e contentou-o de reparações instando para que o venerando sudito não abandonasse o serviço publico e a causa do Brasil. Dos ultrajes da risota não ficou vestigio algum”.

A 1 de Dezembro de 1822 um decreto imperial o fez cavalleiro da Ordem do Cruzeiro. A 30 de Julho de 1835 ele assinava em mensagem : “Vicente do Senhor Dom Pedro, A 12 de Dezembro desse ano outro decreto lhe concedia a venera de Cristo”.

De Vicente da Costa existe retrato em estampa a cores que se supõe ser da autoria de Hercules Florence. Mas parece-nos que tal não é exato. Faleceu o Capitão Mór a 12 de outubro de 1825 e Florence esteve em Itú pela primeira vez em principios de 1826. Não é muito crível, não sendo contudo impossivel que o original desta estampa, existente no Museu de Itú, se deva a Miguel Arcanjo Benicio A. Dutra.

Dimensões : Altura 1,35, Largura 1,m50.

ELEVAÇÃO DE ITÚ A CIDADE (1842)

No angulo inferior esquerdo, do Largo da Matriz, em frente ao edificio onde funcionavam a Câmara e a Cadeia locais, sobrado cujas sacadas estão cheias de espectadores, nota-se grande concurso de povo, tropa formada, a render homenagem ao presidente da municipalidade. Comunica este aos circunstantes a noticia de que o Governo Imperial acabava de conceder a Itú os foros de cidade como na mesma data fizera a Campinas, Sorocaba, Taubaté e Curitiba.

No fundo do quadro notam-se a Matriz e as grandes casas a ela fronteiras.

Dimensões : — A. 1m,50 L. 0m,90.

INAUGURAÇÃO SOLENE DA ESTAÇÃO DE ITÚ — 18 DE ABRIL DE 1873 —

A construção da São Paulo Railway que levou os trilhos a Jundiáí, em Fevereiro de 1867, determinou notavel surto ferroviário na Provincia de São Paulo. Em 1868 fundava-se a Companhia Paulista cuja primeira linha se traçaria de Jundiáí a Campinas. A 25 de Outubro de 1871 dava-se a solene inauguração dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro Ituana, linha que ligaria Jundiáí a Itú.

Constituida a 30 de Julho de 1870, a companhia construtora da nova via férrea tinha como directores o Dr. José Elias Pacheco Jordão, adeantado agricultor e um dos maiores arautos da colonisação européia na Provincia, o Barão de Piracicaba, (Antonio Paes de Barros) Dr. João Tibiriçá Piratininga e Antonio de Camargo. E como engenheiro-chefe um dos mais prestigiosos especialistas do país o Dr. Francisco Pereira Passos, mais tarde tão famoso como prefeito remodelador do Rio de Janeiro.

Reproduz o painel fielmente a litografia de Julio Martin, ótimo litógrafo francês que viveu em São Paulo nos últimos decênios do século XIX e a quem a iconografia paulista imenso deve.

Constitue esta estampa talvez o mais velho documento impresso da iconografia ituana.

Representa o aspecto da estação recém inaugurada de Itú e sua vizinhança no momento da chegada do trem inaugural que trazia o presidente da Provincia Dr. João Teodoro Xavier.

Vê-se o grande prédio da estação profusamente ornamentado e embandeirado com os pavilhões do Brasil e de muitas nações amigas.

Nota-se enorme concurso de povo na praça fronteira à Estação, a que se defronta grande arquibancada tambem apinhada de circunstantes.

No fundo do painel destaca-se o casario da cidade, dele sobressaindo a vultosa massa da Matriz.

No listel do bordo superior da moldura lem-se os nomes das estações recém inauguradas da Estrada de Ferro Ituana.

Dimensões : — A. 1m,35 L. 1m,57,5.

ASSINATURA DA "ATA DA REUNIÃO DO PARTIDO REPUBLICANO EM ITÚ, A 18 DE ABRIL DE 1873"

O ambiente do painel é o proprio do salão nobre do edificio do Museu. Em torno de comprida mesa agrupam-se cerca de trinta convencionais.

À cabeceira acha-se sentado Americo Brasiliense a recolher as assinaturas dos delegados à Convenção.

Dimensões : — A. 1m,35 L. 1m,35.

PANOPLIA BANDEIRANTE

A este painel que simbolisa o primeiro grande ciclo do bandeirantismo, o da devassa da Selva, constituem um gibão de armas, usado pelos antigos *calções de couro* nas suas entradas ao Sertão, sôbreposto a uma escopeta e um machado, tal qual o compuzemos para o escudo municipal de Sorocaba. Foi oferecido ao Museu em nome da Prefeitura Municipal de Itú pelo Prefeito Dr. Mario da Costa Oliveira.

Dimensões : — A. 1m,20 L. 0m,60.

FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS PARA A MINERAÇÃO DO OURO

A este painel que simbolisa o segundo grande ciclo do bandeirantismo, o da mineração aurífera, constituem um almocafre, uma pá cavadeira, uma bateia e um carumbé.

Dimensões : — A. 1m,20 L. 0m,60.

ENGENHO DE CANA (1826)

Deveu Itú seu progresso ao plantio da cana que se desenvolveu notavelmente nos séculos XVII e XVIII, permitindo-lhe real prosperidade e acumulação de capitais. Em 1835, apesar da extensão extraordinária da cultura canavieira em Campinas, ainda encabeçava a lista dos municipios produtores de açúcar, dispondo de 98 engenhos, quando Campinas contava 93, Piracicaba, 78 e Porto Feliz, 76.

O original que serviu a este painel é devido a Hercules Florence. Representa um dos melhores e dos mais consideraveis engenhos da época na Provincia de S. Paulo.

Evoca a fabricação do gênero esteio da ecónomia ituana desde a fundação do arraial aos primeiros anos de cidade.

Grande moenda vertical de madeira é posta em movimento por quatro juntas de bois guiadas por dois tocadores.

Está um homem a deitar cana aos rolos compressores e outro ajunta os feixes destinados à moenda.

Dimensões : A. 1m,35 L. 1m,50.

FABRICAÇÃO DE AÇUCAR (1826)

No interior de um engenho, e segundo original de Herculano Florence, quatro homens ocupam-se em refinar o melado que encorpa, sôbre outros tantos tachos postos sôbre a fornalha. A um canto do cômodo vêem-se um tanque de garapa e dois cochos de fermentação.

Dimensões : — A. 1m,05 L. 0m,75.

BENEFICIAMENTO DO CAFÉ (1850)

Deixou Itú a cultura canavieira pela cafeeira em meados do século XIX, como aliás se deu em toda a Província de São Paulo, como é bastante sabido, sendo os lucros do cafetal incomparavelmente superiores aos do canavial. Nunca foi aliás grande municipio cafeeiro. Teve culturas limitadas, sobretudo quando comparadas às notáveis, pela extensão e pujança, da sua vizinha, Campinas.

O painel, reprodução de original de Alfredo Norfini *d'après nature*, velho engenho de fazenda datado de 1840, representa o beneficiamento do café pela máquina rusticíssima do carretão, também chamado em outras regiões do Brasil cafeeiro, *ribas*, e *ripes*.

Consistia esse mecanismo no rolamento, sôbre uma calha circular de madeira, de enormes rodas, geralmente de cabreuva, fixos a um eixo horizontal. Movimentava-o a tração de juntas de bois. Sôbre o eixo havia um assento destinado ao guia dos bovinos, geralmente uma criança.

No listão da moldura do painel onde se vêem dois rodões puxados por quatro bois, inscreve-se a divisa : *Coffea Brasiliæ Fulcrum*.

Dimensões : — A. 1m,35 L. 1m,35.

TROPA CARGUEIRA TRANSPORTANDO CAFÉ (1850)

Representa o painel montanhosa paisagem. Grande tropa de mulas carregadas de café por tropeiros e tocadores, desce por ingreme declive em direção ao litoral, levando a Santos o café dos lavradores ituanos.

Dimensões : A. 0m,60 L. 0,90.

VISTA PANORAMICA DE ITÚ (1827)

Pensamos que seja esta peça o mais antigo documento, iconográfico, que se conhece da velha cidade paulista, brevemente três e meia vezes secular.

Incorpora-se à magnífica série de desenhos não impressos e até agora inéditos da lavra de João Batista Debret e reveladores de uma excursão que o famoso autor do *Voyage Pittoresque au Brésil* fez à provincia de S. Paulo em 1827.

Deste acervo fez o erudito e fino colecionador, Dr. Raymundo Ottoni de Castro Maya, recente aquisição nele encontrando numerosas peças, referentes a aspetos paulistas, como sejam vistas de Areias, Lorena, Guaratinguetá, Aparecida, Taubaté, Pindamonhangaba, Jacaré, Mogi das Cruzes, Itú, etc., além de muitas praias das vizinhanças de São Sebastião e Santos.

Na vista de Itú, vemos, no primeiro plano, dois caçadores que voltam da caçada ; um branco, com a espingarda baixada para o solo e seu companheiro, preto, carregando uma jaguatirica morta e uma feira de aves. Para a esquerda, e um pouco mais para dentro, vê-se um cavaleiro, coberto de ponche, que toma o caminho que leva à cidade. Ocupa esta o fundo do quadro, mostrando casario baixo, de onde se destaca a massa vultosa da igreja matriz, vista aliás dos fundos.

Em frente a esta destaca-se a grande casa ainda hoje existente à esquina da rua do Carmo (Barão de Itaim) a chamada casa dos Pereiras.

Composição muito interessante onde se nota vegetação basta.

Dimensões : — A. 0m,90 L. 1m,35.

VISTA PANORAMICA DE ITÚ (1831)

Em 1826 esteve Hercules Florence em Itú pela primeira vez, de passagem para Porto Feliz, onde devia embarcar para Mato Grosso, na expedição científica do Barão de Langsdorff.

Conta-nos então que era cidade espraçada em vasto terreno onde havia algumas casas de sobrado. Não tinha ruas alinhadas, como as de Jundiá, mas em compensação bons passeios ligeados. A matriz, ornada com simplicidade, se bem que pequena e extreme de nobre arquitetura, era a melhor de toda a Província. Havia ainda a notar o Convento dos franciscanos e a igrejinha de Nossa Senhora do Patrocínio.

Voltando a Itú, em 1831, entreteve-se Hercules Florence em traçar um desenho, como que esquemático, da vila, vista de longe.

Nota-se no primeiro plano um carro de bois de duas juntas e a vila ao longe, de cujo casario se destacam as torres das igrejas da Matriz, S. Francisco e Bom Jesus.

Dimensões : — A. 0m,90 L. 1m,35.

VISTA PANORAMICA DE ITÚ (1851)

Imensa produção proveio do lapis e do pincel fecundo de Miguel Benicio Dutra (1810-1875).

A que subsiste é consideravel e a que se perdeu parece ter sido muito maior.

Dele existem vistas de numerosas cidades paulistas. Conspecto panorâmico de Itú é o que se reproduz no painel de que falamos. Já então aparece a cidade muito mais densa do que nos desenhos de Florence e Debret.

O posto de observação do artista deve ter sido numa das elevações circunvizinhas que a certa distância permitem ver de frente a igreja da matriz, cuja massa tem notavel destaque sobre o resto do casario. Percebe-se bem a presença das igrejas do Carmo e de Bom Jesus.

Dimensões : — A. 0m,90 L. 1m,50.

O LARGO DA MATRIZ EM 1870

O ponto de observação do artista anonimo, cujo original serviu à composição do painel, parece ter sido o ângulo inferior do quadrilátero formado pelo Largo da Matriz.

A grande paroquial é vista de frente, com a sua torre central, anterior à reforma, determinada na fachada pelo Vigário Miguel Correia Pacheco, assim como o frontespicio da grande casa dos Pereiras que lhe fica fronteira lateralmente.

Vê-se a perspectiva dos dois alinhamentos da velha rua do Carmo acabando na fachada do Convento carmelitano.

Tanto a praça paroquial como a rua do Carmo não estão ainda calçadas. No Largo da Matriz, nota-se grande relvado cortado por uma vereda e do lado esquerdo um renque de altas árvores muito próximas do casario.

Dimensões : — A. 0m,90 L. 0m,90.

O LARGO DE S. FRANCISCO EM 1840

A vasta praça da cidade, antigo Largo de S. Francisco, assim chamado pelo fato de que o assinalava a presença de um cenóbio franciscano, é um dos pontos de Itú que maior remodelação sofreram.

Reproduz o painel um original de Miguel Benício Dutra, de pitoresco aspeto. No primeiro plano ergue-se o belo e alto cruzeiro de cantaria, ainda hoje existente, único talvez dos numerosos padrões coloniais de seu gênero existentes no Estado de São Paulo. Ladeam-no duas colunas de pedra, colocadas ao lado de uma escada em degraus.

No fundo vêem-se o edifício do Convento franciscano de S. Luis e da Ordem Terceira de S. Francisco com as respectivas igrejas. Datava o Convento de 1696, fundado pelo ituano Padre Felipe de Campos, que, segundo Pedro Taques, “seguiu os estudos de gramática latina, filosofia e teologia moral, saiu bom estudante e ordenou-se de presbítero em 1671”.

“Foi o primeiro vigário colocado pela Mesa de Consciência e Ordens que teve a Igreja Matriz da Vila de Itú por mercê do Sr. Rei D. Pedro II, de 20 de Fevereiro de 1694.”

Dimensões : — A. 0m,90 L. 0m,60.

O LARGO DE S. FRANCISCO EM 1880

Com a extinção em 1853 dos noviciados das ordens monásticas do Brasil, despovoaram-se os Conventos progressivamente, como é tanto sabido. O franciscano de Itú, que contara considerável comunidade (de que haviam feito parte vultos do valor do sábio botânico Frei José Mariano da Conceição Veloso, do santo Frei Antonio de Sant’Ana Galvão e do eloquente Frei Francisco de Mont’Alverne), com o decorrer dos anos ficou deserto.

Quando Zaluar visitou Itú em 1860 ali só existia um religioso.

Cederam os franciscanos o seu cenobio aos jesuítas quando estes vieram estabelecer-se em Itú, e, quando a Companhia de Jesus o desocupou, permaneceu por longos anos deserto, até ficar em situação ruínosa.

Da igreja dos Terceiros de S. Francisco, cuja benção se realizou em 1802, diz Zaluar: "templo majestoso e de largas dimensões com belo consistório, e boas imagens." O adro do Convento era muito bonito, nele avultando magnifico cruzeiro de cantaria. Ainda em 1860 existiam suas colunas laterais.

Em 1880 estavam todas estas construções em máu estado.

O original do painel, documento fotográfico, revela o estado de abandono do Largo.

Completamente arruinados, os edificios foram, depois de 1925, arrazados, vendendo os franciscanos o terreno que occupavam à importante fábrica de tecidos S. Luiz.

Dimensões : A. 0m,90 L. 0m,90.

IGREJA E COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO (1840)

Diversos foram os jesuitas ituanos da era colonial; alguns de relêvo. Quando expulsos do Brasil, seguiram em 1762, deportados para a Italia, os dois irmãos Padres José de Campos e Miguel de Campos, nascidos em Itú em 1735 e 1737, sobrinhos netos do celebrado provincial Padre Estanisláu de Campos.

Dissolvida a Companhia de Jesus, deixou-se o primeiro ficar muitos anos na Italia. Vencido pela nostalgia, votou à vila natal onde viveu como padre secular zeloso do seu ministério.

Deveu-se-lhe a edificação da igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho, deixando a esta fundação quanto possuia para que nela se estabelecesse um seminário de meninos pobres.

Foi este fundado pelo Irmão Joaquim Francisco do Livramento, o catarinense tão célebre nos fastos colonais da piedade e da caridade católicas.

Pouco durou tal colégio, porém. E como passado alguns anos estivesse o edificio em muito máu estado de conservação, foi entregue à Irmandade da Bôa Morte. Passou depois a pertencer ao Colégio jesuitico de S. Luis, cujas edificações o Governo Federal comprou para servir de séde a um regimento de artilharia, o 4.º R. A. M., ali sediado até hoje.

Foi ultimamente demolido por completo o colégio do Padre Campos.

Em 1840 desenhou Miguel Benicio Dutra a fachada da Igreja e do mosteirinho a ela anexa, Igrejinha sem torre e com três janelas ao côro, tendo o colégio sete janelas de frente ao sobrado e no andar terreo seis e uma porta.

Dimensões : A. 0m,90 L. 0m,60.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PATROCINIO (1835)

Data de principios do século XIX. Foi o seu fundador o Padre santista Jesuino de Gusmão, mais tarde Jesuino do Monte Carmelo (1764-1819) de nome tão saliente nos fastos da pintura colonial de S. Paulo. Estabelecido em Itú, ai pintou a capela-mór da matriz local, a Igreja do Carmo, etc. Obteve do abastado Padre Manoel Ferraz de Camargo, largos meios para a fundação de um convento de freiras e em 1812 encetou a construção da igreja que devia pertencer ao projeto do convento da Santissima Virgem da Patrocínio, de que foi o arquiteto.

Faleceu, porém, antes de concluir a obra, sendo o novo templo inaugurado em 1820.

Saint Hilaire, que o visitou em 1819, achou-o "talvez o mais belo de Itú". Acabava de ser decorado com real gosto. Nele reinavam "frescor e aceio extraordinários".

O altar-mór causava a melhor impressão, e era o conjunto emfim dos mais agradáveis. Muitos anos decorreram sem que se concretizasse a vontade do Padre Jesuino; até que a 13 de Novembro de 1859 foi entregue a igreja às religiosas francesas da Congregação de S. José, cuja superiora, a ilustre Madre Maria Teodora Voiron, por incumbência do Bispo D. Antonio Joaquim de Melo encetara a fundação de um colégio de meninas. Tomou este extraordinário desenvolvimento e é hoje dos mais consideráveis e prestigiosos do Brasil.

Em 1835 desenhou Miguel Benicio Dutra a fachada da Igreja do Patrocínio, templo de duas torres com cinco janelas ao côro, a que ladeiavam duas casinhas humildes.

Dimensões : A. 0m,60 L. 0m,45.

SANTA CASA DA MISERICORDIA (1847)

Deve-se a fundação da Santa Casa de Misericórdia ituana ao Padre Elias do Monte Carmelo e ao Capitão Caetano José Portela. Eram homens de grande caridade, mas de pequenos recursos. Progrediu notavelmente a fundação graças ao opulento Bento Paes de Barros, Barão de Itú (1788-1858), a quem auxiliou seu irmão Antonio Paes de Barros, Barão de Piracicaba (1791-1876).

Dedicadissimo à obra, fez-lhe o Barão de Itú muito vultosas doações.

Ao tempo em que Benicio Dutra desenhou uma vista do ainda recente hospital, era ele grande casa assobradada, com 21 janelas de frente e três laterais, com uma única porta central.

Dimensões : A. 0m,45 L. 0m,45.

BANDEIRA DO DIVINO E PROCISSÃO DOS CARROS DE LENHA (1835)

É este préstito uma das práticas devocionárias tradicionais já seculares em Itú.

Representou Miguel Benicio Dutra um dos seus aspectos colocando no desenho um carro de bois carregado de lenha, dentro de cujos feixes se alça típica bandeira com a pomba simbólica do Espírito Santo, carro a que precedem um candeiro, dois indivíduos encasacados, portadores de grandes "bandeiras do Divino" e a quem acompanham quatro músicos, formando o todo pitoresco conjunto.

Painel triangular : A. 1m,05 L. 1m,65.

LAVADOURO PÚBLICO

Mandou antigamente a municipalidade ituana construir lavadouro público de assaz consideráveis dimensões, numa das extremidades da cidade.

Aos tanques cobria um telhado, sendo o seu acesso feito através de arcadas. Era pitoresco o edificio. Numerosas lavadeiras ali concorriam diariamente em penosa faina como se vê da reprodução, no painel, de documento anônimo.

Painel triangular A. 0m,80 L. 1m,12.

O SALTO DE ITÚ EM 1826

Itú deveu o nome, como geralmente é sabido, à vizinhança de um salto do Tietê, Salto Grande, Outuguassú, como se dizia no século XVII chamando-se a vila Nossa Senhora da Candelaria do Outuguassú.

Dista ele de cêrca de seis quilômetros da cidade ; é constituido por desnível do leito do velho rio das Anhumas, de seus dez metros talvez.

Viu-o Saint-Hilaire em 1819, muito imponente, emoldurado por linda paisagem que descreve arroubadamente.

Quer nos parecer que o mais velho documento iconográfico existente sôbre a celebre cachoeira venha a ser o que serviu para a confecção do painel. Deveu-se ao lapis de Hercules Florence e data de 1826. Nesta ocasião não havia vestígio de construção alguma em derredor do salto, que foi desenhado bem de frente, correndo o rio impetuosamente entre a série de penhascos onde as águas abriram uma solução de continuidade. Basta vegetação emoldura o quadro. Contemplando a queda da água, de pé, sôbre grande lage, acham-se três personagens.

Dimensões : — A. 0m,45 L. 1m,35.

O SALTO DE ITÚ EM 1845

O povoamento em torno do Salto efetuou-se muito lentamente e só a partir de meados do século XIX. Sobretudo depois do aproveitamento da energia hidráulica do Tietê para fins industriais, o que determinou a construção de grandes fábricas e de um núcleo urbano contíguo que hoje conta uns doze mil habitantes, como geralmente se sabe.

Perdeu a cachoeira muito da primitiva beleza com o reprezamento do rio para o fim de se estabelecer uma das grandes usinas hidroelétricas da The S. Paulo Tranway Light and Power.

Miguel Benicio Dutra desenhou o Salto quasi vinte anos após a visita de Hercules Florence, pondo ao fundo do quadro as três casinhas ali existentes em 1845. Bem em face da cachoeira e dos seus penhascos onde se abrigam, desde tempos immemoriais, revoadas de taperás, vê-se um observador.

Dimensões : — A. 0m,45 L. 0m,45.

O PORTO DO GOES EM 1845

O Porto do Goes fica à jusante do Salto de Itú. Dele falando, escreve Hercules Florence : a água adquire forte correnteza, e esbarra de encontro a rochas esparsas, espuma em torno espadana, branca como neve e precipita-se entre dois grandes massiços e forma uma primeira queda de 15 pés de altura mais ou menos. De continuo se ergue o espesso nevoeiro que o vento atira sobre as árvores. Adiante as águas fervem em vertiginoso curso. Aos borbotões saltam pelas pedras, chocam-se em cachões sobre cachões, desfazem-se em liquida poeira, rugem nas margens e alternadamente submergem ou descobrem grandes rochas. É a imagem eterna do mar em fúria.

Abaixo, uns oitocentos passos da queda, volta o Tietê à tranquilidade primitiva e corre então mansamente por entre espesso e verdejante mato”.

No documento que serviu à confecção do painel, devido a Miguel Benicio Dutra, vê-se uma construção tosca, encimada por uma cruz à margem esquerda do rio.

Dimensões : A. 0m,45 L. 0m,45.

PEDREIRA DE ITÚ (1836)

Existe, nas vizinhanças de Itú, grande jazida de ardósia cujas laminas de côr azulado-cinzeno sobrepostas umas às outras, como livros encostados, destacam-se com facilidade. Desde muito foram tais lages aproveitadas para o calçamento dos passeios da cidade, pátios, saguões, etc.

O local desta pedreira é muito pitoresco. Desenhou-o Benício Dutra em 1836, colocando no desenho diversas personagens.

Um destes grupos parece realizar um “pic-nic” naquele local agradável.

Dimensões : A. 0m,45 L. 1m,35.

O PADRE DR. GUILHERME POMPÉU DE ALMEIDA, ESCOLHENDO EM SEUS GRANDES CURRAES DE ITÚ, UMA BOIADA PARA AS MINAS GERAES (1702)

Figura notável do meio paulista foi o Padre Dr. Guilherme Pompéu de Almeida (1656-1713). Herdeiro de grande fortuna, aumentou-a imenso tornando-se como que o banqueiro dos bandeirantes na época dos primeiros descobrimentos do ouro em Minas Geraes. Comerciando em larga escala e do modo mais ativo, sobretudo na expedição de grandes pontas de gado que mandava vender nos centros mineradores, realistou extraordinários proventos. Morava em Araçariguama termo de Parnaíba, sua vila natal, d’onde a antonomasia de “creso parnaibano” e ali vivia faustosamente, tornando-se-lhe célebre a hospitalidade e o aparato das festas religiosas que dava repetidamente. Era ao mesmo tempo “o verdadeiro pai da pobreza e o amparo dos necessitados”, diz Pedro Taques seu biógrafo. Apontado a Dom Pedro II como digno de ocupar o solio da diocese de S. Paulo, que se projetava fundar, ia talvez ser bispo *in partibus* quando a morte o surpreendeu.

Tinha em Sorocaba e Itú (no lugar então chamado Ponta dos Castelhanos) grandes curraes e pastagens. De Itú, sobretudo remetia as boiadas que se vendiam com prodigioso lucro, nos arraiaes mineradores, onde um boi chegou nos primeiros anos das Minas Geraes a se vender por cem oitavas de ouro (350 grs.).

Dimensões : A. 1m,35 L. 1m,13.

VI

RETRATOS

Nas diversas faces do saguão, coroando o revestimento das paredes, resolvemos concluir a decoração de conjunto, interrompida a uns 0m,75 do forro, por meio de motivos ornamentais em que se incluissem medalhões com as efigies de ituanos de prol no cenário nacional, regional e municipal. Doze são tais medalhões dos quais dez geminados.

A escolha das figuras filia-se sobretudo ao critério da obediência à ordem cronologica. Os dois medalhões isolados reservamo-los para uma efige feminina e outra masculina, simbolizando a população ituana. Foram estas pessoas escolhidas entre os ituanos mais antigos, de ambos os sexos, de que se conhecem efigies autênticas.

São elas D. Genebra de Barros Leite (1782-1836) e o Capitão-Mór Vicente da Costa Taques Góes e Aranha (1749-1825).

Era D. Genebra de Barros Leite filha do mais opulento lavrador de Itú, Capitão Antonio de Barros Penteado, antigo minerador de ouro em Mato Grosso, e pertencente a uma familia de mineradores tradicionais. Casou-se em 1797 com o Brigadeiro Luiz Antonio de Souza Macedo e Queiroz (1760-1819) que veio a ser o mais rico vassalo da Capitania de São Paulo. Em segundas nupcias desposou o Dr. José da Costa Carvalho, regente e Senador do Império, Marquez de Monte Alegre (1795-1860). Era irmã dos Barões de Itú e Piracicaba.

Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, Capitão-Mór de Itú de 1779 a 1825, ano de sua morte, é das figuras mais tradicionais de Itú e dos nossos últimos anos coloniais.

Dos dez retratos geminados, o primeiro par evoca duas personalidades a quem coube largo papel no movimento em prol da Independência do Brasil, ambos deputados de São Paulo às Côrtes de Lisboa.

Francisco de Paula Souza e Melo (1791-1851) teve a mais bela atuação política, de 1821 em diante. Deputado às Côrtes, inspirador principal da resistência ituana à *Bernarda de Francisco Inácio*, movimento antinacionalista, deputado à Consti-

tuinte e a diversas legislaturas, de 1826 a 1833, foi dos mais notáveis parlamentares do seu tempo. Senador por São Paulo em 1833, figurou entre os grandes "leaders" liberais, Conselheiro de Estado em 1845, Ministro de Estado em 1847, presidente do Conselho de Ministros em 1848, deixou a mais alta recordação dos talentos e espírito cívico e veio a ser certamente das mais nobres e altas personalidades do formoso período do grande parlamentarismo brasileiro.

Seu cunhado, o Sargento Mór Antonio Paes de Barros, Barão de Piracicaba (1791-1876) homem de inteligência e critério invulgares, eleito deputado às Côrtes de Lisboa, comparticipou dos tempestuosos debates de 1822.

Voltando ao Brasil, pertenceu ao Conselho do Governo da Província de 1826 a 1833. Foi deputado provincial (1835-1841) e deputado por São Paulo à legislatura de 1830-1833. Deixando a política consagrou-se à cultura cafeeira, sobretudo em Rio Claro, de que foi o principal fundador, vindo a ser dos maiores fazendeiros de São Paulo. Figurou entre os principais promotores da Estrada de Ferro Ituana e os fundadores de duas das mais velhas fábricas de tecidos da Província. Destacou-se muito pela caridade fazendo consideráveis legados a instituições filantrópicas e libertando ao morrer sua escravidão.

Fê-lo Dom Pedro II Barão de Piracicaba em 1854.

O segundo par de retratos recorda dois grandes filantropos, o Barão de Itú, Bento Paes de Barros (1788-1858) e o Padre Bento Dias Pacheco (1819-1911).

Irmão do Barão de Piracicaba figurou o Capitão Mór Bento Paes de Barros, Barão de Itú entre os grandes lavradores de café da Província de São Paulo. Alheio às lutas políticas consagrou-se à exploração do Sertão. Espírito sobremodo filantropico foi dos maiores beneficeiros da Santa Casa de Misericórdia de Itú, em cuja capela se sepultou.

Pode-se afirmar que veio a ser o verdadeiro fundador da instituição mencionando-a em igualdade de condições com os seus filhos entre os herdeiros da grande fortuna. Agraciou-o D. Pedro II com o baronato de Itú em 1848.

O Padre Bento Dias Pacheco tem a mais notável reputação de filantropia, e ascetismo entre os paulistas. E a mais merecida. Homem de fortuna, tudo abandonou para se consagrar à capelania de um asilo de leprosos vizinho de sua cidade natal, outrora fundado por seu parente, o Padre Pacheco, e allí viveu recluso mais de sessenta anos.

Seus concidadãos recordando-lhe as virtudes heroicas erigiram-lhe uma herma na praça principal de sua cidade, monumento em que a placa dedicatória relembra "a memoria

imorredoura" — daquela "glória purissima da Igreja e da Nação Brasileira", a evocar "os lances da longa vida abnegada do recluso voluntário confortador perene de uma das mais crueis desventuras humanas".

No terceiro grupo de medalhões figuram os retratos de João Tibiriça Piratininga (1829-1888) e Prudente de Moraes (1841-1902). Recorda a participação eminente de Itú no conjunto dos fastos do republicanismo brasileiro.

João Tibiriça Piratininga, neto do último Capitão-Mór de Itú, João de Almeida Prado, homem sobremodo inteligente, grande lavrador de café, cujas idéias avançadas em matéria de lavoura cafeeira e colonização, louvou Couty em seu famoso estudo sobre a cultura cafeeira em São Paulo em 1881, destacou-se desde 1870 pelo ardente republicanismo. Tornou-se o maior promotor do movimento democratico ituano de que resultou a Convenção de 18 de Abril de 1873, a que presidiu.

Prudente José de Moraes Barros, primeiro presidente civil da República foi, como ninguém ignora, dos maiores e mais respeitáveis vultos brasileiros.

Bacharel em Direito em 1863, advogado de grande renome, deputado provincial, um dos chefes do Partido Republicano Paulista, deputado geral em 1885, membro da Junta Governativa de São Paulo em 1889. Governador de São Paulo, presidente da Constituinte Republicana e Senador por São Paulo e afinal Presidente da República (1894-1898), prestou ao paiz os mais relevantes serviços entre os quais avultam a Pacificação do Rio Grande do Sul, a solução da pendencia com a Inglaterra, a propósito da Ilha da Trindade, a pacificação dos sertões baianos, o preparo do feliz desfecho da questão franco-brasileira do Amapá, a luta tenaz com a anarquia jacobina que quasi lhe custou a vida, e a que dominou como tanto é sabido.

O quarto par de medalhões é constituido dos retratos do Bispo D. Antonio Joaquim de Melo (1791-1861) e do Vigario Colado Miguel Correia Pacheco (1826-1892).

D. Antonio Joaquim de Melo, filho de pais honrados e pobres, principiou a vida como militar na capitania das Minas Gerais.

Aos vinte anos, obedecendo a ardente vocação, encetou os estudos ecclesiasticos e uma vez ordenado foi viver em sua vila natal. Em 1851 viu-se surpreso com a elevação ao episcopado sendo o primeiro paulista que governou a diocese paulopolitana.

Incansavel no desempenho dos deveres episcopais, combateu arduosamente abusos e irregularidades deixando indeleveis sinais de virtude e de extrema dedicação à Igreja.

Longas, dilatadas e penosas viagens pastorais realizou na enorme diocese. Como padrão de seu espírito construtivo subsiste a criação do vasto seminário episcopal de São Paulo.

Pio IX, que o tinha em alta conta, fê-lo Conde romano, prelado domestico e assistente do solio pontifice. Grande prestigio acompanha a memória deste notavel prelado.

O Vigario Colado Miguel Correia Pacheco deixou igualmente a mais veneranda memória entre os seus paroquianos e os descendentes destes. Deram-lhe o nome à principal praça da cidade, ao antigo Largo da Matriz, como recordação do longo e zelosissimo paroquiato a que assinalaram as grandes reformas por que passou a vasta e bela Matriz de Nossa Senhora da Candelária.

O último par de medalhões recorda dois artistas pintores, Miguel Arcanjo Benicio de Assunção Dutra (1810-1875) e José Ferraz de Almeida Junior (1850-1899).

Figura Almeida Junior na primeira plana da nossa pintura nacional como é de sobra sabido. Tinha fortissima personalidade e a sua arte é profundamente verista, integralmente sincera. Dedicou-se a todos os gêneros pictoreos, produzindo retratos, quadros de gênero, paisagens, cenas sacras, painéis simbolistas. Mas onde mais se distinguiu foi na reprodução de aspectos regionais, essencialmente brasileiros. E a sua arte culmina nesse magnífico painel de pintura histórica que é *A partida da monção* uma das mais fortes obras artisticas devidas a artista brasileiro, extraordinária como sinceridade, naturalidade dos tipos reunidos, ambiencia e verismo.

Um dos seus melhores retratos acha-se na galeria dos convencionais do Museu, o do Dr. José P. do Carmo Cintra, assim como a matriz ituana possui outro muito mais notavel, legitima obra prima no gênero : o do Vigario Miguel Correia Pacheco.

Miguel A. Benicio Dutra, autodidata, homem de modesta origem obediente a irresistivel vocação viveu para a sua arte e sua fé. Desenhou, pintou e construiu igrejas por mais de meio século. Nascido em Itú, acabou vivendo em Piracicaba, onde faleceu.

É geralmente tão pobre a iconografia brasileira anterior à fotografia — salvo quanto as maiores cidades do litoral — que os documentos de ha um século se tornam verdadeiras preciosidades.

Sobretudo se se trata de aspectos de lugares do interior do paiz.

Poucas cidades do nosso "hinterland" podem, quanto Itu, apresentar iconografia tão abundante datando do segundo quartel do século XIX.

Deve-se isto ao fato de haver o velho nucleo bandeirante seiscentista sido o berço desse modesto pintor cheio de mérito, verdadeiro *curioso* dotado de elevados atributos artisticos que a rudeza do meio comprimiu. Miguel Arcanjo Benicio da Anunciação Dutra cujas aquarelas, *servatis servatis*, nos evocam a lembrança daquelas coisas deliciosamente ingenuas do famoso *Douanier Rousseau*, o singelo pintor francês cujas obras se vendem hoje a peso de ouro.

Ainda não se escreveu convenientemente sôbre Benicio Dutra, cuja vida se escoou no interior paulista, e a cuja arte tanto louvou o Barão de Tschudi, o sabio naturalista e diplomata suíço que visitou a Provincia de São Paulo em 1860.

Existem no Museu Paulista e no Museu Republicano Convenção de Itú algumas dezenas de aquarelas de Dutra, geralmente executadas entre 1835 e 1855. Formam coleção sobremaneira valiosa e interessante. Reproduzem edificios, geralmente igrejas, velhas fazendas, paisagens, vistas panoramicas de cidades, tipos populares.

Elementar sentimento de justiça levou-nos a colocar a effigie de Miguel Benicio Dutra nessa galeria de ituanos eminentes antigos. Basta recordar-lhe os inestimaveis serviços à iconografia primeva de sua cidade natal hoje reproduzida em numerosos paineis dos que azulejam as paredes do saguão do Museu.

Por sôbre as portas e sôbre a grande placa de bronze que recorda a inauguração solene do Museu a 18 de Abril de 1923, assim também como entre diversos dos paineis, ostenta-se o *gibão de armas*, a cota d'armas dos bandeirantes de São Paulo, dos heroicos *calções de couro* das jornadas sertanejas.

É o gibão de armas a peça principal do escudo municipal de Itú, adotado oficialmente pelos poderes municipais em 1924, tendo como suporte as nossas primeiras bandeiras nacionais e como timbre o barrete frigio. Ao brazão acompanha a divisa *Amplior et liberior per me Brasilia*.

A ACTA DA CONVENÇÃO DE ITÚ

(Documento do arquivo do Museu por doação do Dr. Carlos Vilalva).

Traçou-a o Dr. Américo Brasiliense num caderno de 33½ cents. de alto, por 22 cents. de largo, caderno de capa de papelão, feio, vulgar, encerrando uma série de páginas de papel em formato de almasso e de qualidade muito medíocre.

É quase todo o documento do punho desse eminente brasileiro, salvo quanto a uma ou outra palavra e a duas assinaturas autografas. Foi escrito quase sempre em tinta roxa, como no tempo se costumava muito. É este o seu teor :

REUNIÃO DO PARTIDO REPUBLICANO EM ITÚ, AOS 18 DE ABRIL DE 1873

Aos 18 dias do mês de abril de 1873, em casa do cidadão Carlos de Vasconcelos de Almeida Prado — reunidos os republicanos, que vão abaixo assinados, foi aclamado Presidente da Sessão o Presidente do Club republicano de Itú, João Tebyriçá Piratininga ; chamou este para Secretário o dr. Américo Brasiliense de Almeida Melo. Foi este encarregado pelo Presidente de expôr o fim da reunião. Depois de apresentar algumas considerações sobre a necessidade de organizar-se o partido de modo a facilitar as relações entre os diversos clubs existentes nas localidades, e no intuito de se dar desenvolvimento à propaganda das idéias, e harmônica direcção aos interesses políticos, ofereceu à consideração dos associados as seguintes bases :

- 1.ª — Será constituída na Capital da Província uma Assembléia de representantes de todos os municípios.
- 2.ª — Funcionará, a 1.ª vez, em dia marcado pelos presentes cidadãos e posteriormente como e quando for determinado pelos mais adoptados em sua Constituição.
- 3.ª — Cada município elegerá um representante.

4.^a — O sistema eleitoral será o do sufrágio universal, i. é a idade de 21 anos completos e a não condenação criminal darão direito ao voto a todo cidadão.

5.^a — A Assembléia de representantes no fim de cada Sessão nomeará uma comissão para no intervalo das reuniões, dirigir os negócios do partido, entender-se com os clubes municipais, e tomar as providências exigidas pelas circunstâncias, que se derem, ficando porém seus actos sujeitos à aprovação da Assembléia.

O Presidente da reunião declarou em discussão a 1.^a base q. encerrada aquela, foi aprovada. Posta a 2.^a em 2.^a discussão nomeará uma comissão para, no intervalo das reuniões, 1.^o de julho p. f. para a 1.^a reunião — a) dr. Quirino dos Santos indicou que o mandato vigorasse só por um ano ; — b) dr. Ubaldino ofereceu uma proposta, no sentido de ser o mandato do representante do município revogável à vontade, e a qualquer momento, pelo eleitor ; — c) o dr. Antonio de Paula Souza sustentou a mesma idéia.

O secretário fez considerações, no sentido de se manter a 2.^a base, tal qual se acha, aceitando-se, porém, a designação do dia para a 1.^a reunião. O dr. Antonio Cintra expôs que fossem eliminadas tôdas as emendas, votando-se unicamente a indicadora do dia 1.^o de julho. — O dr. Jorge de Miranda sustentou esta, e em sentido contrário, manifestaram-se outros cidadãos. Terminados os debates, o Presidente pôs a votos a emenda do dr. Antonio Cintra. Foi aprovada, ficando, por tanto, aceita a base 2.^a e marcado o dia 1.^o de julho para o fim retro indicado. Foram postas em discussão, cada uma por sua vez, as bases 3.^a, 4.^a e 5.^a. Ninguém tomando a palavra foram votadas e aceitas.

Resolveu-se que para serem expedidas circulares a todos os municípios da Província, dando conhecimento, por cópias, das deliberações constantes desta ata, e convidando todos os republicanos a aderirem às bases aprovadas, e procederem as eleições de representantes, ficando encarregados e autorizados a tomarem as necessárias providências, o presidente e o secretário do Club Republicano desta cidade de Itú.

Em último lugar levantou-se discussão sôbre a conveniência de se manter uma folha, órgão do partido, na Província, e também auxiliar o que se publicar na Côrte. Tomaram a palavra o secretário, os drs. Ubaldino, Barata, Jorge de Miranda, Manuel de Moraes, Augusto da Fonseca, Antonio Cintra, Joaquim de Paula Sousa, A. de Campos e Joaquim Roberto de Azevedo Marques.

Os quatro primeiros opinaram pela manutenção de um órgão na capital da província e por auxílios secundariamente

à folha da Côrte ; os cinco últimos, últimos (sic) exceptuando o dr. A. de Campos, manifestaram-se pelos esforços a bem do órgão na Côrte e auxílios ao da capital da Província. O dr. A. de Campos sustentou que se devia prestar auxílios às folhas da Côrte e capital, enunciando-se, um, no sentido de se empregar todo apoio a aqueles, que, conforme as circunstâncias o exigirem, se acharem mais na frente do inimigo, e que assim, se o partido julgasse em tais casos o órgão na Côrte não deveria recusar-lhe todos os serviços.

O Presidente aderindo a idéia de preferir-se a folha da Côrte a da capital, declarou que o assunto não era dos que deviam ser votados, por não fazerem parte das bases da organização já aprovadas, e que tomava a discussão meramente como meio de se manifestarem as opiniões, ficando, porém, a este respeito, cada um dos cidadãos presentes, com plena liberdade para procederem conforme suas inspirações, não devendo, porém, esquecer-se que é de suma importância, de grande alcance, não se descuidarem os republicanos da imprensa, elemento essencial da propaganda das idéias e princípios, que são professados pelos cidadãos presentes. Nada mais havendo a tratar-se, foi lida esta ata, e aprovada por tôdas as pessoas presentes, que estão assinadas no livro de presença, que acompanha estes, das quais vão aqui transcritos os nomes com indicação de localidade, tendo a reunião adotado este meio como mais simples e em vista da dificuldade, na hora adiantada em que se terminaram os trabalhos, de obter-se que o numeroso concurso de cidadãos prestasse as assinaturas no presente livro, tendo-as dado no de presença, como fica exposto. E, em observância da deliberação dos associados, passo para aqui as referidas assinaturas e assino com o Presidente esta ata, que vai lavrada, por mim, secretário. — (a) João Tibiriça, Piratininga presidente. O secretário, Américo Brasiliense de Almeida Melo.

LIVRO DE PRESENÇA DESTINADA A RECEBER AS
ASSINATURAS DOS CIDADÃOS REPUBLICANOS QUE
ASSISTIRAM À REUNIÃO REPUBLICANA REALI-
SADA EM ITÚ A 18 DE ABRIL DE 1873

ITÚ

Estanislau de Campos Pacheco, Antonio Basilio de Sousa Paiaguá, Francisco Alvares Lobo, José Alvares de Lobo (ha a lapis a nota « Conceição »), Antonio Nardy de Vasconcelos Junior, Braz Carneiro Leão, José Egídio da Fonseca,

Antonio Roiz de Sampaio Leite, Luiz Ferras de Sampaio, Teofilo da Fonseca, Elias Alvares Lobo, João Xavier da Costa Aguiar, Joaquim Pires Pereira de Almeida, Luiz Antonio Nardy de Vasconcelos, Joaquim Roiz Barros, José Teresio Pereira da Fonseca, José Bernardo de Freitas, Manoel Fernando de Almeida Prado, Joaquim Manoel Pacheco da Fonseca, Antonio Freire da Fonseca e Souza, Antonio Nardy de Vasconcelos, José Nardy de Vasconcelos, Manuel da Costa Falcato (ha uma emenda ininteligível), José Antonio de Souza, Pedro Alexandrino R. Aranha, Victor de Arruda Castanho, João Tobias de Aguiar e Castro, José V. Pinto de Melo (ha um *az* a lapis junto ao V), Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, Francisco Emigdio da Fonseca Pacheco, dr. Joaquim de Paula Souza, dr. Ignacio Xavier Campos de Mesquita (assinatura autógrafa).

JUNDIAÍ

Antonio Joaquim Pereira Guimarães, Antonio Augusto da Fonseca, Francisco de Paula Cruz, Antonio Basílio de Vasconcelos Barros, Constantino José dos Santos, Carlos de Queiroz Guimarães, Rafael Aguiar Paes de Barros, Luiz Antonio de Oliveira Cruz, Manoel Elpidio Pereira de Queiroz.

CAMPINAS

Am.º Bras.º de Almeida Mello, Antonio de Cerqueira, Jorge de Miranda, Antonio Benedicto de Cerqueira Cesar, Evaristo Brasileiro de Campos (as duas últimas palavras a lapis), João José de Ar.º Vianna, Alexandre Jeremias Junior, Teofilo de Oliveira, Azarias Dias de Mello, Francisco José de Camargo Andrade, Joaquim de Sampaio Góes, Francisco Glicério de Cerqueira Leite, Francisco Quirino dos Santos, Antonio Carlos da Silva Telles.

SÃO PAULO

Candido Barata, Américo de Campos, José M. Maxwell Rudge, Nuno de Mello Vianna, José Luiz Flaquer, Joaquim Taques Alvim, Malachias Rogerio de Salles Guerra, Antonio Francisco de Paula Souza, Joaquim Roberto de Azevedo Marques.

AMPARO

Bernardino de Campos, Francisco de Assis dos Santos Prado, Tristão da Silveira Campos, José Pinto do Carmo Cintra.

BRAGANÇA

Antonio Joaquim Leme, Manoel Jacinto de Moraes e Silva, Teodoro Henrique de Toledo, Joaquim Antonio da Silva.

MOGI-MIRIM

Antonio Francisco de Araujo Cintra, Ladislau de Araujo Cintra.

CONSTITUIÇÃO

Manoel de Moraes Barros, Claudino de Almeida Cesar (nota margem a lapis, Cesar); Balduino do Amaral e Mello, José da Rocha Camargo Mello, Prudente de Moraes Barros (nomes em tinta preta). Nota a lapis à margem : Não figura no livro de presença.

BOTUCATÚ

João Eloy do Amaral Sampaio, Bernardo Augusto Roiz da Silva, Francisco Xavier de Almeida Paes (nota a lapis : Pires) Domingos Soares de Barros.

TIETÊ

Pedro Alves da Costa Morgado (nota a lapis : Machado).

PORTO FELIZ

Luiz Antonio de Carvalho, Américo Boaventura de Almeida Cesario Nanzianzeno de A. Motta Magalhães, Joaquim Floriano de Toledo Junior, Antonio de Toledo Piza e Almeida, João Batista da Silveira Ferraz, José Rafael de Almeida Leite, dr. Cesario Nanzianzeno de A. Motta Magalhães, Antonio Joaquim Viegas Muniz (nota a lapis : Domingos); Bernardino de Sena Motta Magalhães, Luiz Gonzaga de Campos Leite, Jeronimo Pereira de Almeida Barros, José Roiz Paca, Antonio Alves Pereira de Almeida.

CAPIVARÍ

Luiz Antonio de Sousa Ferraz, Antonio José de Sousa, João Corrêa Leite de Moraes, Antonio Dias de Aguiar, Joaquim Galvão da Fonseca Pacheco, Antonio Dias de Aguiar, Teofilo de Oliveira Camargo (Indaiatuba). Estas cinco palavras escritas em tinta preta estão riscadas; Joaquim Augusto de Sousa, Francisco Antonio S. Sousa, Manuel de Arruda

Castanho, Antonio Toledo Piza e Almeida (entre parênteses e a lapis : Duplicata); Gabriel de Toledo Piza e Almeida, Balduino de Mello Castanho Sobrinho, Francisco Pedro de Sousa Mello, Antonio S. de Camargo Barros.

SOROCABA

Joaquim Silveira Rodrigues (ha uma correção a lapis), Antonio Joaquim Lisboa e Castro, Ubaldino do Amaral, Jesuino Pinto Bandeira, João Licio.

INDAIATUBA

João Tibiriçá Piratininga, Manoel José Ferreira de Carvalho, José de Almeida Prado Netto, José do Amaral Campos (equivoco). Estas cinco palavras estão riscadas; Diogo do Amaral Campos, Ladislau do Amaral Campos, Luiz Augusto da Fonseca, José de Vasconcelos de Almeida Prado, Teófilo de Oliveira Camargo (escrito em tinta preta).

BETHLEM DO JUNDIAÍ

Amelio Carneiro da Silva Braga.

VILA DO MONTE MÓR

Joaquim Pinto de Oliveira.

JAÚ

José Ribeiro de Camargo.

RIO DE JANEIRO

Barata Ribeiro (nota a lapis : Crimildo, irmão do Candido), Eduardo de Oliveira Amaral.

Encerrado, Itú, 18 de abril de 1873, — Américo Brasiliense.

As duas últimas linhas foram escritas com tinta preta.

REPORTAGEM SOBRE A CONVENÇÃO DE ITÚ, POR CESARIO MOTTA

*(Documento do arquivo do Museu da Convenção, dádiva do
Prof. Dr. Candido Motta).*

RECORDAÇÕES HISTÓRICAS (1873)

Em abril de 1873 devia se inaugurar a estrada de ferro de Jundiá a Itú. Para essa ocasião, em que se faziam festas na última dessas cidades, fôra marcada a primeira reunião dos republicanos da província.

Todos os municípios tiveram convites para se fazerem representar. Porto Feliz nomeou uma comissão.

Tendo feito ali várias conferências públicas, e auxiliado na organização do partido, fui nomeado, em companhia, entre outros, de João da Silveira, de saudosa memória, do dr. Antonio de Toledo P. Almeida, Francisco Antonio de Toledo, de Joaquim Floriano Junior, sinceros democratas que conservam puríssimo o entusiasmo que animava suas crenças políticas. Meu pai, fundador do clube, foi conosco. Eu era ainda estudante. Terminadas as festas e reuniões escrevi numa carteira alguns apontamentos. São passados 17 anos; os acontecimentos produziram os desejados frutos. A cidade, em que se celebrou a primeira convenção republicana, recebeu o culto místico, de quantos aplaudem o advento da nova era. Dos companheiros de então, uns ocupam saliente e merecido lugar na nova instituição; outros continuam a se esforçar pela realização do ideal dos primitivos lutadores; outros, finalmente, como João Tebiriçá, Quirino dos Santos e Rafael de Barros, à semelhança do profeta bíblico, chegaram ao Monte Nebo; não lhes foi dado atingir a terra da promessa. Publicando estas notas, que nunca tiveram tal destino, deleito-me em recordar fatos que se tornaram cada dia mais importantes, e presto sincera homenagem aos mortos ilustres, cujos nomes não pôdem ser olvidados nas alegrias da vida, de uma causa, que era também a deles.

Capivari, 1890.

INAUGURAÇÃO DA ESTRADA ITUANA ; O LUNCH,
SEU CARACTER — CONVENÇÃO REPUBLICANA —
FESTAS PÚBLICAS — BANQUETE POLÍTICO —
INSTALAÇÃO DA LOJA INTEGRIDADE

Sáimos de Porto Feliz no dia 16 de abril : chegamos a Itú às 7 horas. As ruas estavam arborizadas ; grande animação na cidade.

A 17 o movimento era imenso. Os trollys sucediam-se de momento a momento ; havia uma alegria geral.

Uma ala de bambús e palmeiras extendia-se da rua do Comércio até à estação da estrada de ferro.

No começo daquela rua um arco virente e simples era encimado por um anjo, com o dístico « Ao Progresso Ituano ».

Ao meio dia, foi enorme o movimento ; carros transportando senhoras ricamente vestidas desciam continuamente ; uma corrente constante de povo ligava à cidade a estação. Esplêndido era o panorama : uma vasta arquibancada, adornada com gosto, estava cheia de senhoras, ricamente vestidas, famílias, que revelavam no traje muito luxo e gosto.

Pouco depois das 2 horas anunciou-se a aproximação do trem : o povo aglomerou-se junto da plataforma.

As senhoras levantaram-se. A anciedade foi geral.

O dr. Queiroz Telles ergueu vivas, calorosamente correspondidos.

Chegaram 7 vagões embandeirados, no meio de gerais e entusiásticas aclamações. O padre Miguel Corrêa procedeu à bênção da estação.

Estava alí armada uma tribuna ; subiu a ela o dr. José Elias Pacheco, presidente da companhia ; em frases entrecortadas pela emoção, fez ver as dificuldades que teve de enfrentar, as lutas que travou, as esperanças que nutria, e o apoio que encontrou nos acionistas e nos companheiros de diretoria aos quais todos saudava.

Seguiram-se-lhe com a palavra o desembargador Gavião, em nome da Companhia Paulista, e o dr. João Gabriel de Moraes Navarro, que felicitou o dr. José Elias. Apareceu então o dr. Cândido Barata, que em um dos mais belos discursos que tenho ouvido, saudou a Companhia e, especialmente,

o seu presidente, cujo nome pediu que fosse estampado na face da posteridade em letras de ouro — Um dia o povo é rei — começou êle — e demonstrou que naquella solenidade a verdadeira realza era a do povo.

Foi freneticamente aplaudido. Falou ainda o conselheiro Martim Francisco. Em seguida, dirigimo-nos à sala, em que se achava preparado o lunch.

A mesa, profusamente servida, tinha a forma de X ou cruz grega. No centro havia uma locomotiva de flores, carregando frutas : era obra delicadíssima.

O presidente da Província (dr. João Teodoro), o dr. José Elias e outros foram saudados.

Em uma das extremidades da mesa estavam Américo de Campos, Ubaldino, Quirino dos Santos, Antonio Cintra, etc..

O que se deu de mais notável foi o seguinte : Martim Francisco, filho, saudou a iniciativa dos ituanos, que provaram, na realização deste cometimento, não mais precisar o povo da tutela do governo.

João Gabriel, tomando talvez êste brinde como atentatório da dignidade do presidente da Província, brindou o princípio de autoridade, necessário à manutenção da ordem, indispensável ao progresso, encarnado na pessoa do dr. João Teodoro. Daí parece ter nascido a reação : fizeram-se saudações aos mais enérgicos democratas, terminando-se com um brinde à República federativa. Por ocasião deste último, o presidente (ha umas palavras ininteligíveis no manuscrito).

À noite houve iluminação, música no largo da Matriz ; discursos no coreto alí erguido ; espetáculo dramático pela companhia de Joaquim Augusto, que levou à cêna « A Morgadinha de Val Flor », fazendo a parte de Morgadinha a atriz Julia de Azevedo, e a de Luiz Fernandes, o Dias Braga. O João Eloy representou uma cêna cômica « O Beberão ».

Na tarde de 18 houve « Te Deum », orando frei Eugênio de Rumilly. Grande concorrência de povo. À tardinha deu-se a reunião « republicana ».

A CONVENÇÃO DE ITÚ — 18 DE ABRIL DE 1873

Grande foi o número dos municípios representados. A sessão celebrou-se em casa de João Tebiriçá, no largo da Matriz.

Joaquim Roberto propôs para presidente o cidadão Tebiriçá ; êste, a seu turno, indicou o dr. Américo Brasiliense.

Foram ambos aceitos e tomando Tebiriçá a presidência, foi aceito como secretário o dr. Américo, que expôs os motivos da reunião.

Eram estas as discussões das bases para organização do Partido Republicano Paulista. Resumiam-se nas seguintes :

Cada município enviaria um deputado à assembléia constituinte, que devia reunir-se em S. Paulo.

O seu objetivo seria elaborar o projeto da Constituição política, e as leis orgânicas do partido.

No intervalo de suas reuniões uma comissão permanente, por ela eleita, dirigia o partido.

O dr. Américo de Campos propôs, e foi aprovado, que a assembléia se reunisse no dia 1 de julho.

O dr. Quirino indicou que o mandato durasse um ano ; o dr. Ubaldino, que fosse revogável « ad nutum » dos eleitores ; o dr. A. Cintra que os municípios dessem um número de representantes proporcional à população. Essas idéias caíram, falando, além dos proponentes, os drs. Jorge de Miranda, Antonio de P. Sousa, Américo Brasiliense, e Barata, que acusou veementemente os redatores da « República » (do Rio).

Aprovadas as bases travou-se discussão sobre a imprensa : tratava-se de saber se bastava apoiar a da capital, ou se deveria dar preferência à da Côrte. Dividiram-se as opiniões, manifestando-se o maior número pela sustentação da capital.

Oraram Américo Brasiliense, Américo de Campos, Moraes Barros, Antonio A. Fonseca, Joaquim de Paula Sousa, e outros.

Não ficou resolvida a questão, não entrando portanto nas bases. Ao fim da sessão o cidadão Amélio C. Silva Braga recitou uma poesia.

À porta da casa achava-se uma escrava, quase branca, pedindo 200\$000 para libertar-se. Quirino dos Santos, com palavras cheias do maior sentimentalismo, propôs que as pessoas presentes concorressem para aquela redenção. Todos contribuíram. À noite houve ainda iluminação e bandas de musica percorreram as ruas.

No dia 19 houve festa literária no colégio dos Jesuítas. Á noite houve fogo de artifício no largo da Matriz ; a chuva perturbou a ordem, em que devia ser queimado. No dia 20 teve lugar um jantar oferecido pelo Clube Republicano de Itú aos representantes dos outros distritos.

Já muitos tinham se ausentado. A casa escolhida foi a do cidadão Almeida Prado. Ocupou a cabeceira da mesa o dr. Américo Brasiliense. O primeiro brinde foi levantado pelo dr. João Tobias, em nome do Clube de Itú, aos republicanos das diversas localidades allí reunidas.

O dr. Quirino dos Santos saudou o Clube de Itú, agradecendo aquela manifestação de apreço ; eu fiz o mesmo em nome do de Porto Feliz. O dr. Bernardino de Campos também o fez em nome do de Amparo ; o dr. Antonio Cintra, no de Mogí.

O dr. Quirino dos Santos, em eloquentíssimo discurso, brindou à palavra, representada por Américo Brasiliense.

Tebiricá saudou Saldanha Marinho. Ludovice ao Clube, em nome da Academia de Direito ; eu saudei a Academia de Direito republicana.

Houve muitas outras saudes : de Malaquias Guerra aos republicanos de Indaiatuba, onde não ha outro partido, aos de Jaú.

Entre outros, salientaram-se os seguintes : à imprensa campineira, representada por Quirino dos Santos, Jorge de Miranda e Campos Sales.

Ao Conceição, de Piracicaba, por haver recusado o título de barão. À imprensa republicana, representada por Joaquim Roberto. À palavra falada e impressa, representada pelos dois Américos. À família Fonseca. A Rafael de Barros. Ao club de Itú, pelos esforços, que emprega para o desenvolvimento da instrução.

A meu pai, fundador do Clube Republicano de Porto Feliz. À mulher republicana. A João Tobias, em memória de seu pai.

À memória de Feijó. Aos Almeida Prado. O último foi de Américo Brasiliense, à República Federativa : feito com grande elevação, teve calorosos aplausos.

FREQUÊNCIAS ANUAES DE VISITANTES AO MUSEU
REPUBLICANO CONVENÇÃO DE ITÚ

1923	—	2.004
1924	—	1.747
1925	—	2.771
1926	—	2.314
1927	—	2.354
1928	—	3.156
1929	—	2.860
1930	—	3.356
1931	—	3.781
1932	—	2.931
1933	—	5.273
1934	—	5.071
1935	—	4.580
1936	—	4.386
1937	—	5.028
1938	—	4.726
1939	—	5.573
1940	—	5.182
1941	—	6.485
1942	—	5.379
1943	—	5.885
1944	—	6.598
1945	—	12.517

Em 1946, será a frequência a maior de todos os vinte e quatro milésimos, a avaliar-se pela concorrência de visitantes no primeiro semestre.

IMPRIMU:
INDÚSTRIA GRÁFICA SIQUEIRA
SÃO PAULO

DATA 05/11/12
LIV. JOSE ESTEVAM
RS DE A. PRADO
PROC. DOAÇÃO

E R R A T A

PÁGINA/LINHA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
Pág. 3, 26ª linha	própria	próprio
Pág. 4, 22ª linha	deferativa	federativa
Pág. 8, 23ª linha	desvincular <u>ao-</u>	desvincular <u>do</u>
Pág. 9, 1ª linha	<u>o</u> prematura	<u>a</u> prematura
Pág. 9, 10ª linha	assalariada	assalariado
idem, 16ª linha	imigrante	imigrantes
idem, 30ª linha	depois de PAÍS, fechar parênteses.	
idem, última	crises	crise
pág. 11, 3ª/4ª linhas	prepugnava	propugnava
pág. 11, 19ª linha	irá	irão
pág. 17, 25ª linha	fomentar	fomentam
pág. 20, 29ª linha	abarretada	abarrotada
pág. 21, 28ª linha	<u>são</u>	sã consciência
pág. 22, 13ª linha	justificada	<u>a</u> justificada
pág. 23, 1ª linha	didatorial	ditatorial
pág. 24, 37ª linha	contia	continúa
pág. 26, sub-título	Bibliografias	Bibliografia
pág. 5, 2ª linha	depois de HISTÓRIA, o original traz a vírgula (e não <u>ponto</u>).	
pág. 21, 12ª linha	após 18/abril/1873 tem um <u>travessão</u> . (abre travessão).	